

PREGÃO ELETRÔNICO

90104/2026

CONTRATANTE/GERENCIADOR (UASG)

Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia (250057)

OBJETO

REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO (ATADURA DE CREPOM E OUTROS)

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

SIGILOSO

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 30/06/2026 às 10:00h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço por item

MODO DE DISPUTA:

aberto e fechado

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO

ADESÃO

PERMITIDA



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA



Sumário

1. DO OBJETO.....	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
4. <i>DO ORÇAMENTO ESTIMADO</i>	5
5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	8
7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	10
8. DA FASE DE JULGAMENTO.....	13
9. DA FASE DE HABILITAÇÃO	15
10. DO TERMO DE CONTRATO	17
11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	18
12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA.....	18
13. DOS RECURSOS.....	19
14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	20
15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	23
16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	23



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90104/2026
(Processo Administrativo nº 25057.010972/2025-44)

Torna-se público que a **UNIÃO**, por meio do **MINISTÉRIO DA SAÚDE**, neste ato representado pelo **INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA**, sediado na Avenida Brasil, nº 500, São Cristóvão, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20940-070, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO (ATADURA DE CREPOM E OUTROS)**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. *A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.*

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA



- 3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 3.6. *Para os itens 01, 02, 03, 04, 05, 07, 09, 10, 11, 14, 15, 16, 17, 18 e 19, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.*
- 3.7. *A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.*
- 3.8. *Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.*
- 3.9. Não poderão disputar esta licitação:
- 3.9.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
 - 3.9.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
 - 3.9.3 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
 - 3.9.4 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - 3.9.5 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
 - 3.9.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - 3.9.7 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - 3.9.8 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
 - 3.9.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
 - 3.9.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA



3.9.11 *peçasas jurídicas reunidas em consórcio;*

3.9.12 *peçasas físicas.*

3.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11. O impedimento de que trata o item 3.9.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.9.4 e 3.9.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.14. O disposto nos itens 3.9.4 e 3.9.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.16. A vedação de que trata o item 3.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. *O orçamento estimado da presente contratação será de caráter sigiloso.*

4.2. *Para fins do disposto no item anterior, o orçamento estimado para a contratação não será tornado público antes de definido o resultado do julgamento das propostas.*

4.3. *O caráter sigiloso do orçamento estimado para a contratação não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo.*

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. *Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.*



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA



- 5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.11.2 deste Edital.
- 5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 5.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 5.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 5.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 5.4.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.6. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.
- 5.6.1 A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.
- 5.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.7.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 5.7.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA



5.8. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

- 5.8.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- 5.8.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- 5.8.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 5.8.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 5.8.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 5.8.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- 5.8.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- 5.8.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- 5.8.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- 5.8.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.
- 5.8.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.9. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

5.10. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4, 5.7 ou 5.9 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.11. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.12. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA



- 5.13. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 5.14. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 5.14.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 5.14.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 5.15. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 5.15.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;
- 5.16. O valor final mínimo final máximo parametrizado na forma do item 5.14 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 5.17. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 5.18. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 6.1.1 *valor unitário e total do item;*
- 6.1.1.1. *Os preços deverão ser expressos em Reais (R\$) com no máximo 02 (duas) casas decimais após a vírgula (ex.: R\$ 0,01), inclusas todas as despesas referentes à execução do objeto, sob pena de recusa da proposta apresentada.*
- 6.1.2 *marca;*
- 6.1.3 *fabricante;*
- 6.1.4 *Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo a ser cotado, conforme item 1.1 do Termo de Referência.*
- 6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 6.2.1 O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA



- 6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 6.5.1 No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.
- 6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 6.7. *Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.*
- 6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;
- 6.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA



7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.
- 7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de R\$ 0,01 (um centavo)*.
- 7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 7.11. *Será adotado* para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 7.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 7.11.2 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.11.3 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA



- 7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 7.18.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.18.2 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 7.18.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 7.18.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 7.18.5 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA



7.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.20.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.20.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.20.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

7.20.4 declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

7.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.21.1 empresas brasileiras;

7.21.2 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.21.3 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.23.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.23.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.23.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.23.4 O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA



7.23.5 É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.9 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- 8.1.1 Sicaf;
- 8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,
- 8.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e
- 8.1.4 Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1 A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA



8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 8.7.1 conter vícios insanáveis;
- 8.7.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 8.7.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 8.7.4 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 8.7.5 não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;
- 8.7.6 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

- 8.9.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 8.9.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.12. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.13. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.14. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.15. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.16. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA



9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. *Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia, todos na forma digital, ou por qualquer meio admitido em lei.*

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.9. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.9.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.10.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA



9.11. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.11.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.11.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.12. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.12.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.12.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.13. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.11.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:

9.13.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.13.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.13.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.13.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.14. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.11.1.



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA



9.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 3 (três) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 3 (três) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. *O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:*

10.4.1 *referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;*

10.4.2 *a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;*

10.4.3 *a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.*

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA



10.7.1 A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1 a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2 a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1 Em caso de prorrogação da ata, **podará** ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2 dos licitantes que mantiverem sua proposta original



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA



12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1 quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2 quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1 convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2 adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA



13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. *Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Sistema Eletrônico de Informações (SEI/MS) mediante requisição dirigida ao e-mail arlic@into.saude.gov.br.*

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6 fraudar a licitação;

14.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA



14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1 advertência;

14.2.2 multa;

14.2.3 impedimento de licitar e contratar e

14.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de *15 (quinze) dias úteis*, a contar da comunicação oficial.

14.4.1 Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de *0,5% a 15%* do valor do contrato licitado.

14.4.2 Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de *15% a 30%* do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA



Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA



15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 15.3. *A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica por meio do e-mail arlic@into.saude.gov.br.*
- 15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.
- 15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.
- 16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA



16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), *bem como poderá ser consultado no endereço www.into.saude.gov.br.*

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1 Anexo I - Termo de Referência;

16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

16.11.2 *Anexo II – Minuta de Ata de Registro de Preços;*

16.11.3 *Anexo III –Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato;*

16.11.4 *Anexo IV – Termo de Ciência e concordância;*

Rio de Janeiro, 17 de abril de 2026.

JOSÉ PAULO GABBI ARAMBURÚ FILHO

Diretor do INTO/SAES/MS

Portaria CC/PR nº 1.123, de 09/09/2025, publicada no D.O.U. de 10/10/2025.



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA



ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO EM APARTADO



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA



ANEXO II
MODELO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

PROCESSO Nº 25057.010972/2025-44
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90104/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/XXXX

A **UNIÃO**, por intermédio do **MINISTÉRIO DA SAÚDE**, neste ato representado pelo **INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA**, órgão do Ministério da Saúde, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº. 00.394.544/0212-63, sediado na Avenida Brasil, nº 500, São Cristóvão, CEP 20.940-070, Rio de Janeiro/RJ, neste ato representado por seu Diretor, **JOSÉ PAULO GABBI ARAMBURÚ FILHO**, portador da Matrícula SIAPE nº 185.429-1, autorizado a firmar este instrumento nos termos da Portaria CC/PR nº 1.123, de 09 de setembro de 2025, publicada no D.O.U nº 172, Seção 2, Página 1, de 10 de setembro de 2025 e da Portaria FNS nº 15, de 15 de setembro de 2025, publicada no D.O.U nº 176, Seção 2, Página 55, de 16 de setembro de 2025, considerando o julgamento da *licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica*, para REGISTRO DE PREÇOS nº/202..., publicada no de/202....., processo administrativo n.º 25057.010972/2025-44, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no *Edital de licitação*, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO (ATADURA DE CREPOM E OUTROS)**, especificado no item 1.1 do Termo de Referência, Anexo I do *edital de licitação* n.º xxxx/xxxx, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]							
Item	Catmat	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Fabricante

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA



3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

- 3.1. O órgão gerenciador será o Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia.
- 3.2. *Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.*

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. *Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:*

- 4.1.1. *apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;*
- 4.1.2. *demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e*
- 4.1.3. *consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.*

4.2. *A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.*

- 4.2.1. *O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.*

4.3. *Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.*

4.4. *O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.*

4.5. *O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.*

Dos limites para as adesões

4.6. *As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.*

4.7. *O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.*

4.8. *Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.*



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA



4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.6, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, de xx/xx/xxxx a xx/xx/xxxx, cuja assinatura só poderá ser realizada a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, *podrá* ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no *edital* e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA



5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no *edital*; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do *edital*, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA



6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA



7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA



9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

- 9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- 9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- 9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
- 9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- 9.4.1. Por razão de interesse público;
- 9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- 9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no *edital*.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA



10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao *edital*.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada via Sistema Eletrônico de Informações (SEI/MS) em via única, vai assinada pelas partes e *encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver)*.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de _____.

PELO INTO:

JOSÉ PAULO GABBI ARAMBURÚ FILHO

Diretor do INTO/SAES/MS

Portaria CC/PR nº 1.123, de 09/09/2025, publicada no D.O.U. de 10/10/2025.

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s):



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA



Anexo
Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
Item	Catmat	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Fabricante

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
Item	Catmat	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Fabricante



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA



ANEXO III
Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

PROCESSO Nº 25057.010972/2025-44
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90104/2026

(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021)

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. O adjudicatário terá o *prazo de 3 (três) dias úteis*, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato (*Nota de Empenho*), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.
- 1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:
 - 1.3.1 referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;
 - 1.3.2 o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no *Edital*, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. *O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.*
- 2.2. *O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.*

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 3.1. São obrigações do Contratante:
 - 3.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;
 - 3.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
 - 3.1.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA



- 3.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 3.1.5 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;
- 3.1.6 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;
- 3.1.7 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 3.1.8 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
 - 3.1.8.1. A Administração terá o prazo de *1 (um) mês*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 3.1.9 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de *1 (um) mês*.
- 3.1.10 *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.*

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
 - 4.1.1 Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português;
 - 4.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;
 - 4.1.3 Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
 - 4.1.4 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
 - 4.1.5 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
 - 4.1.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA



a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- 4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;
- 4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9 Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.11 Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.12 Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.13 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.14 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.15 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.16 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA



- 5.1. *A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.*
- 5.2. *Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.*
- 5.3. *Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:*
- 5.3.1 *ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;*
e
- 5.3.2 *poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.*
- 5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 5.4.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 5.4.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.
- 5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 5.5.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 5.5.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 5.5.3 Indenizações e multas.
- 5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.
- 5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

- 6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA



- 7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.
- 7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.
- 7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

- 8.1. Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, para dirimir os litígios decorrentes execução contratual que não puderem ser solucionados por meio de conciliação, nos termos do art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA



ANEXO IV
TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

PROCESSO Nº 25057.010972/2025-44
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90104/2026

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão Eletrônico* nº90104/2026, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATO-ORTOPEDIA

Termo de Referência 146/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
146/2026	250057-INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATO-ORTOPEDIA	JOAO CARLOS DE OLIVEIRA AQUINO	31/03/2026 17:20 (v 0.3)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		25057.010972/2025-44

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Trata-se de **AQUISIÇÃO E UTILIZAÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO (Atadura de Crepom, Compressa de Gaze Algodonada e Outros)** para atender à demanda da **Área de Almoxarifado- ARAL/DILOGH** e da **Divisão de Enfermagem- DIENF/INTO**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	CATMAT	CÓDIGO MV	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	CMM	QUANT. MÍNIMA	QUANT. TOTAL	QUANT. AMOSTRAS	TEMPO DE AVALIAÇÃO (DIAS ÚTEIS)
01	BR0628376	70084	ATADURA DE CREPOM. CONFECCIONADA COM FIO 100% ALGODÃO CRU, DE ALTA TORÇÃO COM DENSIDADE DE <u>13 FIOS/CM2</u> ; COR NATURAL; EMBALAGEM INDIVIDUAL; NÃO ESTÉRIL DE 6,0 CM X 1,80 M.	EMBALAGEM - 1 UNIDADE	1.136,67	17.500	17.500	01	05
02	BR0628378	70106	ATADURA DE CREPOM. CONFECCIONADA COM FIO 100% ALGODÃO CRU, DE ALTA TORÇÃO COM DENSIDADE DE <u>13 FIOS/CM2</u> ;	EMBALAGEM - 1 UNIDADE	3.192,29	48.000	48.000	01	05

			COR NATURAL; EMBALAGEM INDIVIDUAL; NÃO ESTÉRIL DE 10 CM X 1,80 M.						
03	BR0628380	70122	ATADURA DE CREPOM. CONFECCIONADA COM FIO 100% ALGODÃO CRU, DE ALTA TORÇÃO COM DENSIDADE DE <u>13 FIOS/CM2</u> ; COR NATURAL; EMBALAGEM INDIVIDUAL; NÃO ESTÉRIL DE 15 CM X 1,80 M.	EMBALAGEM - 1 UNIDADE	3.803,33	58.000	58.000	01	05
04	BR0628381	70130	ATADURA DE CREPOM. CONFECCIONADA COM FIO 100% ALGODÃO CRU, DE ALTA TORÇÃO COM DENSIDADE DE <u>13 FIOS/CM2</u> ; COR NATURAL; EMBALAGEM INDIVIDUAL; NÃO ESTÉRIL DE 20 CM X 1,80 M.	EMBALAGEM - 1 UNIDADE	2.621,67	40.000	40.000	01	05
05	BR0627906	70564	COMPRESSA DE GAZE ALGODONADA 15 CM X 10 CM. CONSTITUÍDA DE UMA CAMADA DE PAPEL ABSORVENTE, RECOBERTA POR DUAS MANTAS DE ALGODÃO MEDICINAL (HIDRÓFILO), COM ENVOLTÓRIO DE TECIDO DE GAZE HIDRÓFILO, COM 5 DOBRAS. ESTÉRIL. EMBALAGEM INDIVIDUAL.	UNIDADE	3.717,50	57.000	57.000	02	05
06	BR0628237	70629	COMPRESSA GAZE BRANCA. CONSTITUÍDA DE 100% ALGODÃO, 7,5 CM X 7,5CM, COM <u>13 FIOS/CM2</u> , 8 CAMADAS E 5 DOBRAS; ISENTA DE IMPUREZAS. DESCARTÁVEL. ESTÉRIL. PACOTE COM 10 UNIDADES.	EMBALAGEM - 10 UNIDADES	62.066,67	931.000	931.000	02	05
07	BR0478129	70726	BANDAGEM ELÁSTICA AUTO-ADERENTE. COR DA PELE, POROSA, MOLDÁVEL, <u>LIVRE DE LÁTEX</u> , MEDINDO APROXIMADAMENTE 10CM X 4,5 M (ESTIRADA).	UNIDADE	28,42	450	450	01	05

08	BR0631778	180068	ESPARADRAPO IMPERMEÁVEL. COM DORSO EM TECIDO DE ALGODÃO; COR BRANCA, BOA ADERÊNCIA, HIPO- <u>ALERGÊNICO</u> , FLEXÍVEL. APRESENTAÇÃO EM CARRETEL PLÁSTICO, COM CAPA DE PROTEÇÃO EM PLÁSTICO RÍGIDO, MEDINDO 100 MM X 4,5 M.	ROLO - 4,5 M	710,40	11.000	11.000	01	05
09	BR0631730	180076	FITA BRANCA - MICROPOROSA. ADESIVO ACRÍLICO <u>HIPO-ALERGÊNICO</u> , BOA ADERÊNCIA, RESISTENTE À UMIDADE, FLEXÍVEL. APRESENTAÇÃO EM CARRETEL PLÁSTICO, COM CAPA DE PROTEÇÃO EM PLÁSTICO RÍGIDO, MEDINDO APROXIMADAMENTE 12 MM X 10 M.	ROLO - 10M	18,00	270	270	01	05
10	BR0631735	180130	FITA BRANCA - MICROPOROSA. ADESIVO ACRÍLICO <u>HIPO-ALERGÊNICO</u> , BOA ADERÊNCIA, RESISTENTE À UMIDADE, FLEXÍVEL. APRESENTAÇÃO EM CARRETEL PLÁSTICO, COM CAPA DE PROTEÇÃO EM PLÁSTICO RÍGIDO, MEDINDO APROXIMADAMENTE 50 MM X 10 M.	ROLO - 10M	690,90	10.500	10.500	01	05
11	BR0631733	180181	FITA BRANCA - MICROPOROSA. ADESIVO ACRÍLICO <u>HIPO-ALERGÊNICO</u> , BOA ADERÊNCIA, RESISTENTE À UMIDADE, FLEXÍVEL. APRESENTAÇÃO EM CARRETEL PLÁSTICO, COM CAPA DE PROTEÇÃO EM PLÁSTICO RÍGIDO, MEDINDO APROXIMADAMENTE 25 MM X 10M.	ROLO - 10M	35,78	550	550	01	05
			CURATIVO. MATERIAL: <u>POLIURETANO</u> ; FORMATO: ROLO; DIMENSÃO: CERCA DE 10 CM X 10 M; PERMEÁVEL						

12	BR0484757	180785	A GASES E IMPERMEÁVEL A LÍQUIDOS E BACTÉRIAS; TRANSPARENTE; COMPONENTES: ADESIVO ACRILATO, RECORTÁVEL; CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FLEXÍVEL E ADAPTÁVEL ÀS ARTICULAÇÕES. NÃO ESTÉRIL.	UNIDADE	194,29	3.500	3.500	01	05
13	BR0631710	180796	LÂMINA DE NÃO TECIDO. REVESTIDA COM ADESIVO <u>ACRILATO</u> : CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: HIPOALERGÊNICA, POROSA, FLEXÍVEL E ADAPTÁVEL; APLICAÇÃO: RETENÇÃO DE CURATIVOS; APRESENTAÇÃO: EM <u>ROLO</u> ; DIMENSÕES APROXIMADAS: 10 CM X 10M.	ROLO - 10M	90,70	1.650	1.650	01	05
14	BR0481538	33005208	CURATIVO ADESIVO. ESPUMA DE POLIURETANO; IMPERMEÁVEL, COM ABAS EM PVC, PARA FIXAÇÃO DE CATETERES E SONDAS, MEDINDO 10 CM X 5 CM. ESTÉRIL.	UNIDADE	226,25	3.500	3.500	01	05
15	BR0410579	33005209	REMOVEDOR DE ADESIVO, EM LENÇO. NÃO ALCÓOLICO, HIPOALERGÊNICO. EMBALAGEM INDIVIDUAL.	UNIDADE	551,90	8.500	8.500	SEM NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS - AVALIAÇÃO POR CATÁLOGO E/OU FOLDER	
16	BR0631712	33018110	FITA ADESIVA. COMPOSTA POR DORSO NÃO TECIDO DE RAYON E POLIÉSTER; COM ADESIVO DE SILICONE E REMOÇÃO ATRAUMÁTICA. INDICADO PARA PELE FRÁGIL. RADIOTRANSARENTE; HIPOALERGÊNICO; <u>LIVRE DE LÁTEX</u> ; NÃO ESTÉRIL. APRESENTAÇÃO EM CARRETEL DE PLÁSTICO COM CAPA DE PROTEÇÃO, MEDINDO: 5 CM X 5M.	ROLO - 5M	5,14	80	80	01	05

17	BR0628479	33018120	REDE TUBULAR ELÁSTICA PARA FIXAÇÃO DE CURATIVOS. RECOBERTO COM POLIAMIDA; LIVRE DE LÁTEX. RECORTÁVEL. CALIBRE CERCA DE 23 MM.	METRO	2,25	35	35	01	05
18	BR0628480	33018121	REDE TUBULAR ELÁSTICA PARA FIXAÇÃO DE CURATIVOS. RECOBERTO COM POLIAMIDA; LIVRE DE LÁTEX. RECORTÁVEL. CALIBRE CERCA DE 33MM.	METRO	3,08	50	50	01	05
19	BR0628481	33018122	REDE TUBULAR ELÁSTICA PARA FIXAÇÃO DE CURATIVOS. RECOBERTO COM POLIAMIDA; LIVRE DE LÁTEX. RECORTÁVEL. CALIBRE CERCA DE 66MM.	METRO	15,00	225	225	01	05

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 90 dias contados do aceite da Nota de Empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

1.6. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos **Estudos Técnicos Preliminares Nº 243/2025**, apêndice deste **Termo de Referência**.

2.2. Cumpre informar que os itens encontram-se previstos no Plano Anual de Compras de 2026, conforme dados abaixo:

- Documento de Formalização da Demanda - DFD: 28/2025
- ID PCA no PNCP: 00394544000185-0-000030/2026
- Data de publicação no PNCP: 13/05/2025

- Id do item no PCA: 1620 à 1638
- Classe/Grupo: 6510 - MATERIAIS CIRÚRGICOS PARA CURATIVOS / 6515 - INSTRUMENTOS, EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS MÉDICOS E CIRÚRGICOS / 8540 - ARTIGOS DE PAPEL PARA HIGIENE
- Identificador da Futura Contratação: 250057-30/2026

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos **Estudos Técnicos Preliminares**, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Como impacto ambiental temos os resíduos plásticos, metálicos e biológicos que são resultantes do tratamento aplicado aos pacientes do INTO. Como forma de minimizar esse impacto, informamos que a Área de Gerenciamento de Resíduos em Saúde do INTO atende às determinações da Resolução - RDC Nº 222 /2018, que regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde e dá outras providências.

4.1.1. Para atender estes quesitos, a Instituição contrata serviço, tais como:

- Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de coleta, transporte, processamento, tratamento, destinação e disposição final e licenciada para os resíduos de serviços de saúde do Grupo A, Grupo D e Grupo E produzidos pelo Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia - INTO;
- Contratação de empresa especializada e licenciada na prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento (incineração), destinação e disposição final ambientalmente adequada dos resíduos de serviços de saúde do Grupo B.

4.1.2. Destaca-se que o INTO dispõe de Plano de Logística Sustentável (Portaria nº 586, de 22 de Maio de 2023-DOU Edição: 108, Seção: 1, Página: 195) além de se basear no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (8ª Edição de outubro de 2025) e Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos de Saúde e dentre os objetivos gerais, destacam-se os itens:

- Racionalizar a aquisição e o uso de recursos (bens, materiais e serviços) para o aprimoramento da gestão dos processos de trabalho, visando à eficiência das despesas públicas e à eficácia do controle executado pelos órgãos de controle;
- Promover a adequada gestão de resíduos (coleta, tratamento, disposição final e reciclagem), estabelecendo parcerias com instituições especializadas em reciclagem de materiais, visando minimizar e /ou compensar os impactos socioambientais.

4.1.3. Diante do escopo da atual aquisição, foi realizada a consulta ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, 8ª Edição (2025), dos quais destacam-se os seguintes pontos:

a) Que os bens devam ser preferencialmente acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

b) Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromohexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

Da exigência de amostra

4.2. Produtos considerados para saúde conforme RDC 185/2001 da ANVISA deverão apresentar:

4.2.1. Registro na ANVISA, ou;

4.2.2. Cadastramento do produto na ANVISA, quando dispensado do registro;

4.2.3. Os Produtos não considerados para saúde deverão estar em conformidade com a relação exemplificativa de produtos não considerados para saúde, disponibilizada no portal da **ANVISA** (www.anvisa.gov.br).

4.3. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

4.4. As amostras deverão ser encaminhadas à Área de Licitações (ARLIC/COAGE), no endereço Avenida Brasil nº 500, 9º andar, São Cristóvão, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20940-070, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contado da data da solicitação, sendo de inteira responsabilidade da empresa o envio e eventuais atrasos na entrega.

4.5. As amostras deverão ser entregues devidamente identificadas cada uma delas, de modo a possibilitar a conferência dos seus dados, sujeito à recusa em caso de descumprimento.

4.6. Os licitantes deverão informar à ARLIC, por meio do endereço eletrônico arlic@into.saude.gov.br, o código de rastreio emitido pelos Correios referente às amostras enviadas dentro dos prazos estabelecidos, onde será considerada a data da referida postagem que também deverá estar em conformidade com a data aprazada.

4.7. É facultada prorrogação do prazo estabelecido uma única vez por igual período, a partir de solicitação fundamentada realizada dentro do prazo de convocação para apresentação das amostras pelo interessado por meio de e-mail encaminhado ao endereço arlic@into.saude.gov.br.

4.8. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

4.9. Os aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade estão apresentados nos Formulários de avaliação de amostras, anexo a este Termo de Referência.

4.10. A área técnica responsável solicita apresentação de amostras durante o pretendido procedimento licitatório, por se tratarem de produtos específicos para a saúde, em que o não cumprimento do descritivo, e o fim que se destina o material solicitado (usabilidade), pode gerar riscos de complicações ao paciente, em que a instituição é a responsável pela aquisição e oferta do material.

4.11. As amostras de produtos para a saúde são necessárias, pois tais insumos não são utilizados isoladamente, ou seja, requerem uso atrelados a outros materiais, portanto, se faz necessária avaliação de conexões, adaptações, aderência e uso entre produtos e marcas diferentes para o fim que se destina.

4.12. Por se tratar de insumos que serão aplicados diretamente em pacientes, não será permitida a participação dos licitantes nos procedimentos aos quais as amostras serão submetidas, uma vez que estes ocorrerão em ambiente hospitalar e a fim de resguardar a identidade e privacidade dos pacientes do INTO.

4.13. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.14. Se a (s) amostra (s) apresentada (s) pelo primeiro classificado não for (em) aceita (s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da (s) amostra

(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste **Termo de Referência**.

4.15. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

4.16. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos ou bulas em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

Subcontratação

4.17. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.18. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do **Estudo Técnico Preliminar**.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de **15 (quinze) dias**, contados do aceite da Nota de Empenho, mediante requisição.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Avenida Brasil, 500, 2º andar, São Cristóvão, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.940-070, Área de Almoxarifado (ARAL/DILOGH), no horário das 08:00 às 16:00 horas.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de validade dos bens ofertados não poderá ser inferior a do prazo de validade de 12 (Doze) meses declarado pelo fabricante, contados da data de recebimento definitivo.

5.5. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.6. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, a saber:

NOME	CARGO	FUNÇÃO	ÁREA/DIVISÃO
Danielle Soraya Lourenco Fernandes	Enfermeira	Responsável Técnica.	DIENF/INTO

Fiscalização Técnica

- 6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,33% (zero vírgula trinta e três por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30 (trinta)** dias;

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **10% (dez por cento)** a **15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **10% (dez por cento)** a **15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **15% (quinze por cento)** a **20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **5% (cinco por cento)** a **10% (dez por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **5% (cinco por cento)** a **10% (dez por cento)** do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no **Termo de Referência** e na **proposta**.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **15 (quinze) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **10 (dez) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até **05 (cinco) dias úteis**.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5.o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até **10 (dez) dias úteis** contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA/IBGE** de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8.29. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.30. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos).

8.31. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

Reajuste

8.32. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

8.33. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice **IPCA/IBGE**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.34. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.35. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.36. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.37. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.38. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.39. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, utilizando-se o procedimento de **Sistema de Registro de Preços (SRP)**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

9.2. A(s) empresa(s) classificada(s) em primeiro lugar no(s) item(ns) constante(s) deverão encaminhar os documentos abaixo elencados, sob pena de recusa da proposta, a saber:

9.2.1. Publicação no Diário Oficial da União do **registro do produto**, necessário à utilização do objeto deste Termo de Referência no Ministério da Saúde, conforme previsto na Lei nº. 6.360/1976, regulamentada pelo Decreto nº 8.077/2013.

a) Caso a revalidação do registro não tenha sido publicada no Diário Oficial da União, a empresa deverá apresentar a publicação do registro antigo na Imprensa Oficial acompanhada do protocolo de revalidação, conforme disposto no art. 12, § 6º da Lei nº. 6.360/1976, regulamentada pelo Decreto nº 8.077/2013. O pedido deverá ter sido protocolado no prazo previsto no art. 12, § 6º da Lei nº 6.360/1976, a saber, no primeiro semestre do último ano do quinquênio de validade, caso contrário, a empresa será desclassificada;

b) O proponente que cotar materiais isentos de registro deverá apresentar a publicação no Diário Oficial da União da dispensa de registro, conforme previsto na Lei nº 6.360/1976, regulamentada pelo Decreto nº 8.077/2013.

Forma de fornecimento

9.3. O fornecimento do objeto será integral.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

9.13. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão comprovar ainda a habilitação jurídica por meio de:

9.13.1. A Autorização de Funcionamento de Empresas (AFE) vigente, emitida pela ANVISA, para os produtos abrangidos pela RDC nº 16, de 1º de abril de 2014, da ANVISA;

9.13.2. A Autorização Especial (AE) vigente, emitida pela ANVISA, para os produtos abrangidos pelo art. 3º da RDC nº 16, de 1º de abril de 2014, da ANVISA;

9.13.3. A Licença Sanitária Estadual ou Municipal vigente (Portaria nº 3.765, de 25 de outubro de 1998).

a) A Licença deverá estar dentro do prazo de validade. Nos Estados ou Municípios em que os órgãos competentes não estabelecem validade para a Licença, deverá ser apresentada a respectiva comprovação legal;

b) Caso a revalidação da Licença de Funcionamento para o presente exercício não tenha sido concedida, a proponente deverá apresentar a Licença de Funcionamento do exercício anterior acompanhada do protocolo de revalidação, sendo necessário que esta tenha sido requerida até 120 (cento e vinte) dias antes do término de sua vigência, conforme disposto no art. 22 do Decreto nº 74.170 /1974;

c) Sendo possível a consulta e obtenção do respectivo documento comprobatório por meio a consulta a sítios oficiais e/ou equivalentes o Pregoeiro poderá diligenciar para tanto.

9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.24. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.25. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social **OU** dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.26. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação [capital mínimo] OU [patrimônio líquido mínimo] de até 10% do valor total estimado da contratação;

9.27. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.28. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.29. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.30. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.31. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Disposições gerais sobre habilitação

9.32. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.33. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.34. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.35. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.36. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

10.1.1. A não divulgação do orçamento tem por objetivo evitar que as propostas/lances gravitem em torno do orçamento fixado pela administração de modo que os proponentes apresentem lances realmente competitivos e de acordo sua efetiva capacidade de honrá-los com lucratividade adequada. Nesse contexto de ponderação de princípios, entende-se estar justificada a ausência temporária da divulgação do orçamento, pois amparada no princípio da busca da melhor proposta pela administração.

10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.2.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3. Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.2.4. Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas, exceto o custo estimado da contratação, que possui caráter sigiloso até o julgamento das propostas.

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

13.1. As regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato, quando cabíveis, serão pormenorizadas na Minuta do Edital.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

14.1. As regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato, quando cabíveis, serão pormenorizadas na Minuta do Edital.

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Responsável Técnica.

DANIELLE SORAYA LOURENCO FERNANDES

Enfermeira



Assinou eletronicamente em 31/03/2026 às 17:20:50.

Despacho: Responsável pela elaboração da Minuta do Termo de Referência.

JOAO CARLOS DE OLIVEIRA AQUINO

Agente Administrativo



Assinou eletronicamente em 30/03/2026 às 18:09:09.

INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATO-ORTOPEDIA

Estudo Técnico Preliminar 243/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 25057.010972/2025-44

2. Descrição da necessidade

O presente Estudo refere-se à necessidade de aquisição de curativos no Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia- INTO.

Tratam-se de insumos específicos para curativos cirúrgicos estéreis, colocados em feridas após uma cirurgia para proteger a área, promover a cicatrização e prevenir infecções. Eles atuam como uma barreira física contra microrganismos, podem absorver fluidos e controlam o ambiente da ferida para favorecer a sua recuperação.

Sendo assim, a aquisição desses materiais é fundamental para manutenção das funções e atividades do Instituto.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Área de Almoxarifado (ARAL/DILOGH/COAGE/INTO)	Andréa Ignes Mendes Paiva

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 Poderão participar do futuro Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

- Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

4.2 O prazo de validade dos bens ofertados não poderá ser inferior a **12 (Doze) meses** do prazo de validade declarado pelo fabricante, contados da data de recebimento definitivo;

4.3 Em atendimento ao disposto no art. 31 da Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990, a apresentação dos materiais deverá assegurar informações claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa, sobre as características, marca, procedência, número do lote, qualidade, composição, preço, garantia, prazo de validade, origem e outros, bem como sobre os riscos que apresentarem à saúde e à segurança dos usuários, quando for o caso.

4.4 Documentação sanitária - Os itens constantes no futuro certame, são considerados dispositivos médicos segundo a RDC nº 751 de 15 de setembro de 2022 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA. Portanto, se faz necessária exigência dos seguintes documentos:

- Documentos comprobatórios de Notificação ou Registro (ANVISA), segundo sua categoria de risco,
- Autorização Comum de Funcionamento (ANVISA);
- Licença de Funcionamento (VISA Estadual ou Municipal).

5. Levantamento de Mercado

Com relação ao Levantamento de Mercado, informamos que o INTO é uma instituição de saúde, que presta atendimento direto aos pacientes, possuindo, portanto, uma equipe formada de servidores públicos para prestação de serviços assistenciais aos pacientes, não cabendo, portanto, a terceirização de um serviço.

Conforme relatado anteriormente, curativos cirúrgicos estéreis são utilizados em feridas após uma cirurgia para proteger a área, promover a cicatrização e prevenir infecções, sendo essenciais para garantir e manter a assistência. Além disso, os materiais são de descartáveis, não cabendo uma solução de mercado como a locação, por exemplo.

Desse modo, não identificamos outra solução de mercado possível, além da aquisição dos insumos necessários para continuidade da assistência aos pacientes, de forma a garantir a operacionalização integral das atividades finalísticas de forma contínua, eficiente e confiável.

Tendo em vista a impossibilidade de prever a quantidade exata de material a ser efetivamente utilizada em um período de 12 meses, a necessidade de entregas parceladas e a possibilidade de oferecer a outros órgãos da Administração Pública a participação na futura Licitação, favorecendo, assim, o princípio da economicidade pelo ganho de escala da aquisição, a pretendida aquisição deverá ocorrer pela **Modalidade Pregão Eletrônico**, utilizando-se o procedimento de **Sistema de Registro de Preços**. O critério de julgamento será o de **menor preço**, desde que os materiais atendam aos requisitos técnicos mínimos exigidos por este Estudo, pelo Termo de Referência e pelo Edital.

Cumpramos observar que, de acordo com o Art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021, "o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso". A área técnica responsável verificará a pertinência quanto à prorrogação da Ata de Registro de Preços e da possível renovação dos quantitativos solicitados.

Sendo assim, os técnicos responsáveis identificaram os materiais necessários, considerando os diferentes perfis de pacientes atendidos pelo INTO, de modo a garantir o atendimento adequado e seguro aos mesmos. Cabe observar que os bens a serem futuramente adquiridos são considerados comuns pela Administração Pública, conforme Art. 6º, Inciso XIII, da Lei Federal 14.133 /2021, que define bens e serviços comuns como "aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado".

Pretende-se alcançar, com a futura contratação, a conciliação entre os menores custos possíveis e o atendimento adequado das necessidades do Instituto.

6. Descrição da solução como um todo

A aquisição do material (**Ataduras, Coberturas e Adesivos**), conforme Tabela abaixo:

ITEM	CATMAT	CÓDIGO MV	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	CMM	QUANT. MÍNIMA	QUANT. TOTAL
1	BR0628376	70084	Atadura de Crepom. Confeccionada com fio 100% algodão cru, de alta torção com densidade de <u>13 fios /cm2</u> ; Cor natural; Embalagem individual; Não estéril de 6,0 cm x 1,80 m.	EMBALAGEM - 1 UNIDADE	1.136,67	17.500	17.500
2	BR0628378	70106	Atadura de Crepom. Confeccionada com fio 100% algodão cru, de alta torção com densidade de <u>13 fios</u>	EMBALAGEM	3.192,29	48.000	48.000

			/cm ² ; Cor natural; Embalagem individual; Não estéril de 10 cm x 1,80 m.	- 1 UNIDADE			
3	BR0628380	70122	Atadura de Crepom. Confeccionada com fio 100% algodão cru, de alta torção com densidade de <u>13 fios/cm²</u> ; Cor natural; Embalagem individual; Não estéril de 15 cm x 1,80 m.	EMBALAGEM - 1 UNIDADE	3.803,33	58.000	58.000
4	BR0628381	70130	Atadura de Crepom. Confeccionada com fio 100% algodão cru, de alta torção com densidade de <u>13 fios/cm²</u> ; Cor natural; Embalagem individual; Não estéril de 20 cm x 1,80 m.	EMBALAGEM - 1 UNIDADE	2.621,67	40.000	40.000
5	BR0627906	70564	Compressa de Gaze Algodonada 15 cm x 10 cm. Constituída de uma camada de papel absorvente, recoberta por duas mantas de algodão medicinal (hidrófilo), com envoltório de tecido de gaze hidrófila, com 5 dobras. Estéril. Embalagem individual.	UNIDADE	3.717,50	57.000	57.000
6	BR0628237	70629	Compressa Gaze Branca. Constituída de 100% algodão, 7,5 cm x 7,5cm, com <u>13 fios/cm²</u> , 8 camadas e 5 dobras; isenta de impurezas. Descartável. Estéril. Pacote com 10 unidades.	EMBALAGEM - 10 UNIDADES	62.066,67	931.000	931.000
7	BR0478129	70726	Bandagem Elástica Auto-aderente. Cor da pele, porosa, moldável, <u>livre de látex</u> , medindo aproximadamente 10cm x 4,5 m (estirada).	UNIDADE	28,42	450	450
8	BR0631778	180068	Esparadrapo Impermeável. Com dorso em tecido de algodão; Cor branca, boa aderência, <u>hipo-alérgico</u> , flexível. Apresentação em carretel plástico, com capa de proteção em plástico rígido, medindo 100 mm x 4,5 m.	ROLO - 4,5 M	710,40	11.000	11.000
9	BR0631730	180076	Fita Branca - Microporosa. Adesivo acrílico <u>hipo-alérgico</u> , boa aderência, resistente à umidade, flexível. Apresentação em carretel plástico, com capa de proteção em plástico rígido, medindo aproximadamente 12 mm x 10 m.	ROLO - 10M	18,00	270	270
			Fita Branca - Microporosa. Adesivo acrílico <u>hipo-alérgico</u> , boa aderência, resistente à umidade, flexível. Apresentação				

10	BR0631735	180130	em carretel plástico, com capa de proteção em plástico rígido, medindo aproximadamente 50 mm x 10 m.	ROLO - 10M	690,90	10.500	10.500
11	BR0631733	180181	Fita Branca - Microporosa. Adesivo acrílico <u>hipo-alérgénico</u> , boa aderência, resistente à umidade, flexível. Apresentação em carretel plástico, com capa de proteção em plástico rígido, medindo aproximadamente 25 mm x 10m.	ROLO - 10M	35,78	550	550
12	BR0484757	180785	Curativo. Material: <u>poliuretano</u> ; Formato: rolo; Dimensão: cerca de 10 cm x 10 m; Permeável a gases e impermeável a líquidos e bactérias; Transparente; Componentes: adesivo acrílico, recortável; Características Adicionais: flexível e adaptável às articulações. Não Estéril.	UNIDADE	194,29	3.500	3.500
13	BR0631710	180796	Lâmina de Não Tecido. Revestida com adesivo <u>acrílico</u> ; Características Adicionais: hipoalérgénica, porosa, flexível e adaptável; Aplicação: retenção de curativos; Apresentação: em <u>rolo</u> ; Dimensões aproximadas: 10 cm x 10m.	ROLO - 10M	90,70	1.650	1.650
14	BR0481538	33005208	Curativo Adesivo. Espuma de poliuretano; Impermeável, com abas em PVC, para fixação de cateteres e sondas, medindo 10 cm x 5 cm. Estéril.	UNIDADE	226,25	3.500	3.500
15	BR0410579	33005209	Removedor de Adesivo, em lenço. Não alcoólico, hipoalérgénico. Embalagem Individual.	UNIDADE	551,90	8.500	8.500
16	BR0631712	33018110	Fita Adesiva. Composta por dorso não tecido de rayon e poliéster; Com adesivo de silicone e remoção atraumática. Indicado para pele frágil. Radiotransparente; Hipoalérgénico; <u>Livre de látex</u> ; Não estéril. Apresentação em carretel de plástico com capa de proteção, medindo: 5 cm x 5m.	ROLO - 5M	5,14	80	80
17	BR0628479	33018120	Rede tubular elástica para fixação de curativos. Recoberto com poliamida; Livre de látex. Recortável. Calibre cerca de 23 mm.	METRO	2,25	35	35
18	BR0628480	33018121	Rede tubular elástica para fixação de curativos. Recoberto com poliamida; Livre de látex.	METRO	3,08	50	50

			Recortável. Calibre cerca de 33mm.				
19	BR0628481	33018122	Rede tubular elástica para fixação de curativos. Recoberto com poliamida; Livre de látex. Recortável. Calibre cerca de 66mm.	METRO	15,00	225	225

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Em relação aos quantitativos solicitados, informamos que o INTO não possui total controle sobre sua demanda, pois depende de determinados fatores, tais como a produção médico-hospitalar, o número de cirurgias realizadas, exames laboratoriais solicitados, entre outros. Sendo assim, estimam-se os quantitativos solicitados a partir do histórico de consumo, metas institucionais e da visão da área técnica acerca do crescimento ou diminuição do consumo de determinado item.

Ainda em relação às quantidades solicitadas, informamos que o INTO adota uma margem de segurança de 25% para todos os seus processos de materiais de consumo. A adoção dessa margem de segurança deve-se aos seguintes motivos:

- Possíveis variações no consumo de determinado insumo. Tal fator pode ocorrer em virtude de um aumento da produção médico-hospitalar, além da substituição de um outro item que possa estar em falta no INTO.
- Possíveis atrasos nos futuros processos licitatórios, minimizando, assim, os riscos de desabastecimento de determinados insumos e, conseqüentemente, o não atendimento dos pacientes do Instituto.

Cabe destacar que os itens nº 12 e 13, em razão de sua natureza crítica, tiveram sua margem de segurança aumentada para 50%, com as quantidades totais solicitadas cobrirem o equivalente a 18 meses.

Cumpramos observar que a licitação deverá ocorrer pela Modalidade Pregão Eletrônico, utilizando-se o procedimento de Sistema de Registro de Preços. Desse modo, a União só executará financeiramente aquilo que efetivamente consumir. Sendo assim, as margens de segurança solicitadas não oneram o erário e, por outro lado, reduzem o risco de desabastecimento suprimindo o atendimento aos pacientes do INTO.

Desse modo, as quantidades solicitadas encontram-se dispostas na Tabela acima (Item 6). Cumpramos informar que se trata de aquisição de material de uso contínuo da Unidade e visa suprir as necessidades para o período de 12 (doze) meses, com uma margem de segurança de 25 por cento, totalizando cerca de 15 meses. Para cálculo da quantidade utiliza-se a previsão de Consumo Médio Mensal Estimado (CMM), conforme verifica-se na Tabela presente no **Anexo I** deste Estudo.

8. Estimativa do Valor da Contratação

[Conteúdo Sigiloso | Justificativa: Adoção do orçamento sigiloso, sob a justificativa de que a não divulgação do orçamento tem por objetivo evitar que as propostas/lances gravitem em torno do orçamento fixado pela administração de modo que os proponentes apresentem lances realmente competitivos e de acordo sua efetiva capacidade de honrá-los com lucratividade adequada. Nesse contexto de ponderação de princípios, entende-se estar justificada a ausência temporária da divulgação do orçamento, pois amparada no princípio da busca da melhor proposta pela administração, atendendo ao artigo 24º, da Lei 14.133/2021]

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

No certame licitatório será adotado o padrão de parcelamento da solução, em respeito ao princípio da divisibilidade, garantindo, assim, uma maior competitividade entre os concorrentes e, conseqüentemente, maior vantajosidade à esta Administração. Nesse sentido, sagrar-se-á vencedora do certame licitatório a empresa que oferecer o menor preço por item, desde que os materiais atendam aos requisitos técnicos mínimos exigidos por este Estudo, pelo Termo de Referência e pelo Edital.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Essa contratação possui correlação com a aquisição de coberturas primárias (curativos).

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Cumpre informar que os itens encontram-se previstos no Plano Anual de Compras de 2026, conforme dados abaixo:

- Documento de Formalização da Demanda - DFD: 28/2025
- ID PCA no PNCP: 00394544000185-0-000030/2026
- Data de publicação no PNCP: 13/05/2025
- Id do item no PCA: 1620 à 1638
- Classe/Grupo: 6510 - MATERIAIS CIRÚRGICOS PARA CURATIVOS / 6515 - INSTRUMENTOS, EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS MÉDICOS E CIRÚRGICOS / 8540 - ARTIGOS DE PAPEL PARA HIGIENE
- Identificador da Futura Contratação: 250057-30/2026

12. Avaliação e Qualificação dos materiais

12.1 Participação de Licitantes no processo de avaliação de amostras

Considerando que os produtos licitados são para a utilização em saúde, com fins de uso no tratamento, reabilitação e/ou prevenção em pacientes atendidos a nível hospitalar ou domiciliar;

Considerando a premissa de mitigação dos riscos ocasionados pelo uso de produtos para saúde e a garantia da segurança do paciente durante a prestação da assistência;

Considerando que o INTO pertence à Rede Sentinela dos hospitais no Brasil e que, portanto, pratica ações de vigilância técnica dos produtos para a saúde;

Se faz necessária a apresentação de amostras para dar seguimento à avaliação técnica dos mesmo.

Desse modo, a(s) empresa(s) vencedora(s) do certame licitatório deverá(ão) fornecer **amostras**, conforme tabela abaixo. Cabe ressaltar que o **item 15** deverá ser entregue **catálogo** com fotos e características técnicas. Para análise e avaliação da Área Técnica responsável, que identificará se o material atende ao descritivo do Edital, além de analisar sua eficácia e usabilidade em sua aplicação prática. Os materiais deverão ser analisados e avaliados, após o seu recebimento pela Área Técnica responsável, no prazo (em dias úteis) estabelecido na tabela abaixo:

ITEM	CATMAT	CÓDIGO MV	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT. AMOSTRAS	TEMPO DE AVALIAÇÃO (DIAS ÚTEIS)
1	BR0628376	70084	Atadura de Crepom. Confeccionada com fio 100% algodão cru, de alta torção com densidade de <u>13 fios /cm2</u> ; Cor natural; Embalagem individual; Não estéril de 6,0 cm x 1,80 m.	EMBALAGEM - 1 UNIDADE	1	3
2	BR0628378	70106	Atadura de Crepom. Confeccionada com fio 100% algodão cru, de alta torção com densidade de <u>13 fios /cm2</u> ; Cor natural; Embalagem individual; Não estéril de 10 cm x 1,80 m.	EMBALAGEM - 1 UNIDADE	1	3
3	BR0628380	70122	Atadura de Crepom. Confeccionada com fio 100% algodão cru, de alta torção com densidade de <u>13 fios</u>	EMBALAGEM	1	3

			/cm ² ; Cor natural; Embalagem individual; Não estéril de 15 cm x 1,80 m.	- 1 UNIDADE		
4	BR0628381	70130	Atadura de Crepom. Confeccionada com fio 100% algodão cru, de alta torção com densidade de <u>13 fios/cm²</u> ; Cor natural; Embalagem individual; Não estéril de 20 cm x 1,80 m.	EMBALAGEM - 1 UNIDADE	1	3
5	BR0627906	70564	Compressa de Gaze Algodonada 15 cm x 10 cm. Constituída de uma camada de papel absorvente, recoberta por duas mantas de algodão medicinal (hidrófilo), com envoltório de tecido de gaze hidrófila, com 5 dobras. Estéril. Embalagem individual.	UNIDADE	2	5
6	BR0628237	70629	Compressa Gaze Branca. Constituída de 100% algodão, 7,5 cm x 7,5 cm, com <u>13 fios/cm²</u> , 8 camadas e 5 dobras; isenta de impurezas. Descartável. Estéril. Pacote com 10 unidades.	EMBALAGEM - 10 UNIDADES	2	5
7	BR0478129	70726	Bandagem Elástica Auto-aderente. Cor da pele, porosa, moldável, <u>livre de látex</u> , medindo aproximadamente 10cm x 4,5 m (estirada).	UNIDADE	1	5
8	BR0631778	180068	Espadrado Impermeável. Com dorso em tecido de algodão; Cor branca, boa aderência, <u>hipo-alérgico</u> , flexível. Apresentação em carretel plástico, com capa de proteção em plástico rígido, medindo 100 mm x 4,5 m.	ROLO - 4,5 M	1	3
9	BR0631730	180076	Fita Branca - Microporosa. Adesivo acrílico <u>hipo-alérgico</u> , boa aderência, resistente à umidade, flexível. Apresentação em carretel plástico, com capa de proteção em plástico rígido, medindo aproximadamente 12 mm x 10 m.	ROLO - 10M	1	3
			Fita Branca - Microporosa. Adesivo acrílico <u>hipo-alérgico</u> , boa aderência, resistente à umidade, flexível.			

10	BR0631735	180130	Apresentação em carretel plástico, com capa de proteção em plástico rígido, medindo aproximadamente 50 mm x 10 m.	ROLO - 10M	1	3
11	BR0631733	180181	Fita Branca - Microporosa. Adesivo acrílico <u>hipo-alérgico</u> , boa aderência, resistente à umidade, flexível. Apresentação em carretel plástico, com capa de proteção em plástico rígido, medindo aproximadamente 25 mm x 10m.	ROLO - 10M	1	3
12	BR0484757	180785	Curativo. Material: <u>poliuretano</u> ; Formato: rolo; Dimensão: cerca de 10 cm x 10 m; Permeável a gases e impermeável a líquidos e bactérias; Transparente; Componentes: adesivo acrilato, recortável; Características Adicionais: flexível e adaptável às articulações. Não Estéril.	UNIDADE	1	3
13	BR0631710	180796	Lâmina de Não Tecido. Revestida com adesivo <u>acrilato</u> ; Características Adicionais: hipoalérgica, porosa, flexível e adaptável; Aplicação: retenção de curativos; Apresentação: em <u>rolo</u> ; Dimensões aproximadas: 10 cm x 10m.	ROLO - 10M	1	3
14	BR0481538	33005208	Curativo Adesivo. Espuma de poliuretano; Impermeável, com abas em PVC, para fixação de cateteres e sondas, medindo 10 cm x 5 cm. Estéril.	UNIDADE	2	3
15	BR0410579	33005209	Removedor de Adesivo, em lenço. Não alcoólico, hipoalérgico. Embalagem Individual.	UNIDADE	SEM NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS - AVALIAÇÃO POR CATÁLOGO E/OU FOLDER.	
16	BR0631712	33018110	Fita Adesiva. Composta por dorso não tecido de rayon e poliéster; Com adesivo de silicone e remoção atraumática. Indicado para pele frágil. Radiotransparente; Hipoalérgico; <u>Livre de látex</u> ;	ROLO - 5M	1	3

			Não estéril. Apresentação em carretel de plástico com capa de proteção, medindo: 5 cm x 5m.			
17	BR0628479	33018120	Rede tubular elástica para fixação de curativos. Recoberto com poliamida; Livre de látex. Recortável. Calibre cerca de 23 mm.	UNIDADE	1	3
18	BR0628480	33018121	Rede tubular elástica para fixação de curativos. Recoberto com poliamida; Livre de látex. Recortável. Calibre cerca de 33mm.	UNIDADE	1	3
19	BR0628481	33018122	Rede tubular elástica para fixação de curativos. Recoberto com poliamida; Livre de látex. Recortável. Calibre cerca de 66mm.	UNIDADE	1	3

12.2 Participação de Licitantes no processo de avaliação de amostras

Os objetos de aquisição não requerem orientações especiais ou específicas de manejo, uso ou instalação, visto que já são de uso comum no instituto. Há variações entre fabricantes e marcas, sendo necessário somente avaliações técnicas.

Em um primeiro momento, os materiais serão avaliados de modo abstrato, comparando o descritivo do material solicitado às características materiais da amostra.

Em um segundo momento, os materiais serão avaliados em seu uso prático. Essa avaliação se dá em ambiente hospitalar, onde a privacidade dos pacientes deve ser respeitada. Entende-se que a exposição dos pacientes a agentes externos, não executores das ações assistenciais, geram situações constrangedoras para os mesmos.

Desse modo, consideramos que a participação do licitante no processo de avaliação das amostras não é viável.

13. Resultados Pretendidos

Almeja-se com esta aquisição atingir os seguintes resultados:

- Abastecimento dos estoques do INTO pelo período de 12 meses, garantindo, assim, o atendimento aos pacientes e setores que necessitam dos insumos relacionados neste Estudo;
- Aplicação de tecnologias de curativos que permitam uma aplicação rápida e de fácil utilização;
- Redução dos riscos de infecção;
- Recuperação cirúrgica mais célere, uma vez que os curativos, em geral, permitem uma cicatrização mais rápida.

14. Providências a serem Adotadas

Não há outras medidas a serem adotadas.

15. Possíveis Impactos Ambientais

Como impacto ambiental temos os resíduos plásticos, de tecido e biológicos que são resultantes do tratamento aplicado aos pacientes do INTO. Como forma de minimizar esse impacto, informamos que a Área de

Gerenciamento de Resíduos em Saúde do INTO atende às determinações da Resolução - RDC N° 222 /2018, que regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde e dá outras providências.

Para atender estes quesitos, a Instituição contrata serviço, tais como:

- Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de coleta, transporte, processamento, tratamento, destinação e disposição final e licenciada para os resíduos de serviços de saúde do Grupo A, Grupo D e Grupo E produzidos pelo Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia - INTO.
- Contratação de empresa especializada e licenciada na prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento (incineração), destinação e disposição final ambientalmente adequada dos resíduos de serviços de saúde do Grupo B.

Destaca-se que o INTO dispõe de Plano de Logística Sustentável (Portaria nº 985, de 22 de Maio de 2023-DOU Edição: 108, Seção: 1, Página: 195) além de se basear no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (6ª Edição de setembro de 2023) e Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos de Saúde e dentre os objetivos gerais, destacam-se os itens:

- Racionalizar a aquisição e o uso de recursos (bens, materiais e serviços) para o aprimoramento da gestão dos processos de trabalho, visando à eficiência das despesas públicas e à eficácia do controle executado pelos órgãos de controle;
- Promover a adequada gestão de resíduos (coleta, tratamento, disposição final e reciclagem), estabelecendo parcerias com instituições especializadas em reciclagem de materiais, visando minimizar e/ou compensar os impactos socioambientais;

Diante do escopo da atual aquisição, foi realizada a consulta ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, 6ª Edição (2023), dos quais destacam-se os seguintes pontos:

- a) Que os bens devam ser preferencialmente acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
- b) Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

A Equipe de Planejamento da Contratação considera a aquisição viável e necessária, pois visa abastecer os estoques do INTO pelo período de 12 meses, garantindo, assim, o atendimento aos pacientes e setores que necessitam dos insumos relacionados neste Estudo. Além de aplicar tecnologias de curativos que permitam uma aplicação rápida e de fácil utilização, reduzindo riscos de infecção, promovendo, também, a recuperação cirúrgica mais célere, uma vez que os curativos, em geral, permitem uma cicatrização mais rápida.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

DANIELLE SORAYA LOURENCO FERNANDES

Enfermeira - Divisão de Enfermagem (DIENF)



Assinou eletronicamente em 30/10/2025 às 12:31:38.

Despacho: Responsável pela elaboração da minuta do ETP.

ALEXANDER DA CRUZ FERREIRA

Auxiliar Operacional de Serviços Diversos - Área de Planejamento de Aquisições e Contratações (APLACON)



Assinou eletronicamente em 30/10/2025 às 12:26:49.

Despacho: Responsável pela elaboração da minuta do ETP.

CLOVIS ALBERTO NEVES DA SILVA

Arquivista - Área de Planejamento de Aquisições e Contratações (APLACON)



Assinou eletronicamente em 24/10/2025 às 13:58:43.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - PLANILHA DE ANÁLISE DAS QUANTIDADES SOLICITADAS (Atualizada).pdf (201.47 KB)
- Anexo II (sigiloso)
- Anexo III - FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO TÉCNICA DE ADESIVOS.pdf (197.67 KB)
- Anexo IV - FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO TÉCNICA DE BANDAGEM ELÁSTICA.pdf (192.53 KB)
- Anexo V - FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO TÉCNICA DE GAZES, OCLUSIVOS, ATADURA e REDE TUBULAR.pdf (197.09 KB)
- Anexo VI - Relatório de Estoque - ETP 243-2025.pdf (3.34 MB)

ANEXO I - PLANILHA DE ANÁLISE DAS QUANTIDADES SOLICITADAS

ITEM	CATMAT	CÓDIGO MV	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	CMM	QUANT. TOTAL	DURAÇÃO DO ESTOQUE (EM MESES)	MÉDIA DE CONSUMO CONSIDERADA
1	BR0628376	70084	Atadura de Crepom. Confeccionada com fio 100% algodão cru, de alta torção com densidade de <u>13 fios/cm2</u> ; Cor natural; Embalagem individual; Não estéril de 6,0 cm x 1,80 m.	EMBALAGEM - 1 UNIDADE	1.136,67	17.500	15,40	CONSUMO MÉDIO MENSAL DOS ÚLTIMOS 12 MESES.
2	BR0628378	70106	Atadura de Crepom. Confeccionada com fio 100% algodão cru, de alta torção com densidade de <u>13 fios/cm2</u> ; Cor natural; Embalagem individual; Não estéril de 10 cm x 1,80 m.	EMBALAGEM - 1 UNIDADE	3.192,29	48.000	15,04	CONSUMO MÉDIO MENSAL DOS ÚLTIMOS 12 MESES (DESCONSIDERANDO MESES ZERADOS).
3	BR0628380	70122	Atadura de Crepom. Confeccionada com fio 100% algodão cru, de alta torção com densidade de <u>13 fios/cm2</u> ; Cor natural; Embalagem individual; Não estéril de 15 cm x 1,80 m.	EMBALAGEM - 1 UNIDADE	3.803,33	58.000	15,25	CONSUMO MÉDIO MENSAL DOS ÚLTIMOS 12 MESES.
4	BR0628381	70130	Atadura de Crepom. Confeccionada com fio 100% algodão cru, de alta torção com densidade de <u>13 fios/cm2</u> ; Cor natural; Embalagem individual; Não estéril de 20 cm x 1,80 m.	EMBALAGEM - 1 UNIDADE	2.621,67	40.000	15,26	CONSUMO MÉDIO MENSAL DOS ÚLTIMOS 12 MESES.
5	BR0627906	70564	Compressa de Gaze Algodonada 15 cm x 10 cm. Constituída de uma camada de papel absorvente, recoberta por duas mantas de algodão medicinal (hidrófilo), com envoltório de tecido de gaze hidrófila, com 5 dobras. Estéril. Embalagem individual.	UNIDADE	3.717,50	57.000	15,33	CONSUMO MÉDIO MENSAL DO PERÍODO DE MAIO A DEZEMBRO DE 2024.
6	BR0628237	70629	Compressa Gaze Branca. Constituída de 100% algodão, 7,5 cm x 7,5cm, com <u>13 fios/cm2</u> , 8 camadas e 5 dobras; isenta de impurezas. Descartável. Estéril. Pacote com 10 unidades.	EMBALAGEM - 10 UNIDADES	62.066,67	931.000	15,00	QUANTIDADE JUSTIFICADA PELO ÁREA DE ALMOXARIFADO NO DESPACHO N° 0049587008.
7	BR0478129	70726	Bandagem Elástica Auto-aderente. Cor da pele, porosa, moldável, <u>livre de látex</u> , medindo aproximadamente 10cm x 4,5 m (estirada).	UNIDADE	28,42	450	15,83	CONSUMO MÉDIO MENSAL DOS ÚLTIMOS 12 MESES.
8	BR0631778	180068	Esparadrapo Impermeável. Com dorso em tecido de algodão; Cor branca, boa aderência, <u>hipo-alérgênico</u> , flexível. Apresentação em carretel plástico, com capa de proteção em plástico rígido, medindo 100 mm x 4,5 m.	ROLO - 4,5 M	710,40	11.000	15,48	CONSUMO MÉDIO MENSAL DOS ÚLTIMOS 12 MESES (DESCONSIDERANDO MESES ZERADOS).

9	BR0631730	180076	Fita Branca - Microporosa. Adesivo acrílico <u>hipo-alérgico</u> , boa aderência, resistente à umidade, flexível. Apresentação em carretel plástico, com capa de proteção em plástico rígido, medindo aproximadamente 12 mm x 10 m.	ROLO - 10M	18,00	270	15,00	QUANTIDADE ESTIMADA PELA ÁREA TÉCNICA RESPONSÁVEL.
10	BR0631735	180130	Fita Branca - Microporosa. Adesivo acrílico <u>hipo-alérgico</u> , boa aderência, resistente à umidade, flexível. Apresentação em carretel plástico, com capa de proteção em plástico rígido, medindo aproximadamente 50 mm x 10 m.	ROLO - 10M	690,90	10.500	15,20	CONSUMO MÉDIO MENSAL DOS ÚLTIMOS 12 MESES, DESCONSIDERANDO OS MESES DE MAIO A JUNHO DE 2025.
11	BR0631733	180181	Fita Branca - Microporosa. Adesivo acrílico <u>hipo-alérgico</u> , boa aderência, resistente à umidade, flexível. Apresentação em carretel plástico, com capa de proteção em plástico rígido, medindo aproximadamente 25 mm x 10m.	ROLO - 10M	35,78	550	15,37	CONSUMO MÉDIO MENSAL DO PERÍODO DE MAIO A DEZEMBRO DE 2024.
12	BR0484757	180785	Curativo. Material: <u>poliuretano</u> ; Formato: rolo; Dimensão: cerca de 10 cm x 10 m; Permeável a gases e impermeável a líquidos e bactérias; Transparente; Componentes: adesivo acrilato, recortável; Características Adicionais: flexível e adaptável às articulações. Não Estéril.	UNIDADE	194,29	3.500	18,01	CONSUMO MÉDIO MENSAL DOS ÚLTIMOS 12 MESES, DESCONSIDERANDO OS MESES DE ABRIL A AGOSTO DE 2025.
13	BR0631710	180796	Lâmina de Não Tecido. Revestida com adesivo <u>acrilato</u> ; Características Adicionais: hipoalérgica, porosa, flexível e adaptável; Aplicação: retenção de curativos; Apresentação: em <u>rolo</u> ; Dimensões aproximadas: 10 cm x 10m.	ROLO - 10M	90,70	1.650	18,19	CONSUMO MÉDIO MENSAL DOS ÚLTIMOS 12 MESES (DESCONSIDERANDO MESES ZERADOS).
14	BR0481538	33005208	Curativo Adesivo. Espuma de poliuretano; Impermeável, com abas em PVC, para fixação de cateteres e sondas, medindo 10 cm x 5 cm. Estéril.	UNIDADE	226,25	3.500	15,47	CONSUMO MÉDIO MENSAL DOS ÚLTIMOS 12 MESES.
15	BR0410579	33005209	Removedor de Adesivo, em lenço. Não alcoólico, hipoalérgico. Embalagem Individual.	UNIDADE	551,90	8.500	15,40	CONSUMO MÉDIO MENSAL DOS ÚLTIMOS 12 MESES, DESCONSIDERANDO OS MESES DE JULHO E AGOSTO DE 2025.
16	BR0631712	33018110	Fita Adesiva. Composta por dorso não tecido de rayon e poliéster; Com adesivo de silicone e remoção atraumática. Indicado para pele frágil. Radiotransparente; Hipoalérgico; <u>Livre de látex</u> ; Não estéril. Apresentação em carretel de plástico com capa de proteção, medindo: 5 cm x 5m.	ROLO - 5M	5,14	80	15,56	CONSUMO MÉDIO MENSAL DO PERÍODO DE AGOSTO/2022 A MAIO/2024.

17	BR0628479	33018120	Rede tubular elástica para fixação de curativos. Recoberto com poliamida; Livre de látex. Recortável. Calibre cerca de 23 mm. Apresentação: Embalagem com 1 metro.	METRO	2,25	35	15,56	CONSUMO MÉDIO MENSAL DOS ÚLTIMOS 12 MESES.
18	BR0628480	33018121	Rede tubular elástica para fixação de curativos. Recoberto com poliamida; Livre de látex. Recortável. Calibre cerca de 33mm. Apresentação: Embalagem com 1 metro.	METRO	3,08	50	16,23	CONSUMO MÉDIO MENSAL DOS ÚLTIMOS 12 MESES.
19	BR0628481	33018122	Rede tubular elástica para fixação de curativos. Recoberto com poliamida; Livre de látex. Recortável. Calibre cerca de 66mm. Apresentação: Embalagem com 1 metro.	METRO	15,00	225	15,00	CONSUMO MÉDIO MENSAL DOS ÚLTIMOS 12 MESES (DESCONSIDERANDO MESES ZERADOS).

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO TÉCNICA DE ADESIVOS

IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO:

REGISTRO ANVISA/ MS: _____ LOTE: _____ VALIDADE: ____/____/____

MARCA/FABRICANTE: _____ QUANTIDADE RECEBIDA: _____

PROCESSO: _____ PREGÃO: _____ ITEM: _____

1. O produto apresentado está de acordo com as especificações contidas na narrativa acima?

() Sim () Não, **Caso resposta "Não", não haverá avaliação técnica da amostra.**

OBS:

2. A avaliação técnica será sob os critérios abaixo, realizada conforme orientação do fabricante, em pacientes internados com reavaliação em 24h, 48h, 72h e 96hs, a depender do material.

CRITÉRIOS
Facilidade no manuseio
Aderência à pele
Hipoalergenicidade
Impermeabilidade
Manutenção da integridade da pele
Condições da retirada

3. RESULTADO DA ANÁLISE TÉCNICA

() APROVADO () REPROVADO

JUSTIFICATIVA:

DATA: ____/____/____

AVALIADOR

CHEFIA

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO TÉCNICA DE BANDAGEM ELÁSTICA

IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO:

REGISTRO ANVISA/ MS: _____ LOTE: _____ VALIDADE: __/__/__

MARCA/FABRICANTE: _____ QUANTIDADE RECEBIDA: _____

PROCESSO: _____ PREGÃO: _____ ITEM: _____

1. O produto apresentado está de acordo com as especificações contidas na narrativa acima?

() Sim () Não, **Caso resposta "Não", não haverá avaliação técnica da amostra.**

OBS:

2. A avaliação técnica será sob os critérios abaixo, realizada conforme orientação do fabricante, em pacientes internados com reavaliação em 24h, 48h e 72h.

CRITÉRIOS
Textura maleável
Efeito de compressão leve
Estiramento adequado
Uniformidade da dobradura
Auto-aderência

3. RESULTADO DA ANÁLISE TÉCNICA

() APROVADO () REPROVADO

JUSTIFICATIVA:

DATA: __/__/__

AVALIADOR

CHEFIA

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO TÉCNICA DE GAZES/ OCLUSIVOS/ ATADURA/ REDE TUBULAR

IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO:

REGISTRO ANVISA/ MS: _____ LOTE: _____ VALIDADE: __/__/__

MARCA/FABRICANTE: _____ QUANTIDADE RECEBIDA: _____

PROCESSO: _____ PREGÃO: _____ ITEM: _____

1. O produto apresentado está de acordo com as especificações contidas na narrativa acima?

() Sim () Não, **Caso resposta "Não", não haverá avaliação técnica da amostra.**

OBS:

2. A avaliação técnica será sob os critérios abaixo, realizada conforme orientação do fabricante, em pacientes internados com reavaliação em 24h, 48h, 72h e 96hs, a depender do material.

CRITÉRIOS
Limpidez da trama do produto
Regularidade da trama
Presença do fio radiopaco
Macieza
Uniformidade da dobradura
Potencial de absorção

3. RESULTADO DA ANÁLISE TÉCNICA

() APROVADO () REPROVADO

JUSTIFICATIVA:

DATA: __/__/__

AVALIADOR

CHEFIA



DADOS DO PRODUTO

ATADURA DE CREPE DE 06 CM X 1,80M (13 FIOS)

Produto: 70084 Código BR: BR0628376 Unidade: ROLO 1.80M

Bloqueado P/ Compra: NÃO Permite Movimentação: SIM

ATADURA DE CREPE, CONFECCIONADA COM FIO 100% ALGODÃO, DE ALTA TORÇÃO COM DENSIDADE DE 13 FIOS/CM2, COR NATURAL, EMBALAGEM INDIVIDUAL, NÃO ESTÉRIL DE 6,0CM X 1,80M.

Saldo Virtual	Tmp. Dur. Com 3 Meses	Tmp. Dur. Com 12 Meses
0	0,54	1,15

Estoque Atual	Total
	1304

ALMOXARIFADO - ESTACIONAN	1200
ALMOXARIFADO CENTRAL	104

CONSUMO MÉDIO MENSAL 5 ANO(S)

08/2025	07/2025	06/2025	05/2025	04/2025	03/2025	02/2025	01/2025	12/2024	11/2024	10/2024	09/2024
1760	2636	2784	2332	1760	180	440	240	1208	120	60	120
08/2024	07/2024	06/2024	05/2024	04/2024	03/2024	02/2024	01/2024	12/2023	11/2023	10/2023	09/2023
204	436	0	0	360	258	132	320	120	240	220	240
08/2023	07/2023	06/2023	05/2023	04/2023	03/2023	02/2023	01/2023	12/2022	11/2022	10/2022	09/2022
240	712	176	192	0	368	812	980	2142	672	1306	1040
08/2022	07/2022	06/2022	05/2022	04/2022	03/2022	02/2022	01/2022	12/2021	11/2021	10/2021	09/2021
1068	180	204	96	60	0	0	0	120	0	0	0
08/2021	07/2021	06/2021	05/2021	04/2021	03/2021	02/2021	01/2021	12/2020	11/2020	10/2020	09/2020
0	0	0	0	0	0	170	186	700	744	678	170
CMM Anual: 1.136,67			CMM 3 Anos: 689,17			CMM 5 Anos: 486,43					

Produto Desqualificado no Parecer: 78198
Produto Desqualificado no Parecer: 57117
Produto Desqualificado no Parecer: 49415

ÚLTIMAS COMPRAS

Solicitação	Processo	Dt. Licitação	Dt. Fech. Homolog	Qtd. Homolog	Vir. Unitário	Vir Total
7558	0121412022	17/10/2023	20/12/2024	8000	0,23	1.840,00
7451	0074082022	19/08/2022	25/10/2023	8700	0,33	2.871,00
7399	0040572022	06/01/2023	27/03/2024	8500	0,30	2.550,00
5593	0033052017	03/05/2018	09/10/2019	20000	0,24	4.800,00
4935	0017382016	07/11/2016	19/02/2018	20000	0,22	4.400,00
3185	0010512012	21/02/2013	05/06/2013	10000	0,36	3.600,00
2822	0014682011	30/09/2011	17/02/2012	105000	0,31	32.550,00
2091	0000652010	02/06/2010	08/10/2010	105000	0,26	27.300,00

SOLICITAÇÕES PARA COMPRA EM ANDAMENTO PERIODO 5 ANO(S)

Solicitação	Dt. Solicitação	Processo	Licitação	Gerdoc	Modalidade	Qt. Solici	Vir Estimado
8381	02/09/2025	0114952025		9591656	Não Informado	5500	0,00
8053	28/05/2024	0068922024	900752025	9589602	Preg. Eletr./RP	5500	0,00
7558	04/10/2022	0121412022	1762023	9589147	Preg. Eletr.	8000	0,40
7451	27/05/2022	0074082022	2332022	9589040	Preg. Eletr./RP	8700	0,68
7399	26/04/2022	0040572022	3732022	9588996	Preg. Eletr./RP	8500	0,51
7391	20/04/2022			0	Não Informado	8500	0,00
7268	29/12/2021	0201502021		9588886	Não Informado	3840	0,00
7099	09/08/2021	0094142021	742022	9588715	Preg. Eletr.	8700	0,00

ÚLTIMAS ENTRADAS NO ESTOQUE NO PERIODO DE 5 ANO(S)

Cod.Entrada	Dt. Entrada	Fornecedor	Processo	Vi.Unitário	Qt.Entrada
104060	16/02/2023	LEMAN MEDICAMENTOS E CIA LTDA		0,33	5250
79858	09/10/2020	USA IND. E COM. DE PROD. CIR. LTDA.	25057003305201703	0,24	1800



DADOS DO PRODUTO

ATADURA DE CREPE DE 10 CM X 4,5 M (13 FIOS)

Produto: 70106 Código BR: BR0628378 Unidade: ROLO 1.80M

Bloqueado P/ Compra: NÃO Permite Movimentação: SIM

ATADURA DE CREPE, CONFECCIONADA COM FIO 100% ALGODÃO, DE ALTA TORÇÃO COM DENSIDADE DE 13 FIOS /CM2, COR NATURAL, EMBALAGEM INDIVIDUAL, NÃO ESTÉRIL DE 10 CM X 1,80M.

Saldo Virtual	Tmp. Dur. Com 3 Meses	Tmp. Dur. Com 12 Meses
0		0,01

Estoque Atual
Total 18

FARMACIA - FRACIONADOS 18

CONSUMO MÉDIO MENSAL 5 ANO(S)

08/2025	07/2025	06/2025	05/2025	04/2025	03/2025	02/2025	01/2025	12/2024	11/2024	10/2024	09/2024
0	0	0	0	0	2680	3884	2477	4005	2704	3612	2984
08/2024	07/2024	06/2024	05/2024	04/2024	03/2024	02/2024	01/2024	12/2023	11/2023	10/2023	09/2023
3342	2100	3276	2824	2512	2528	2882	3154	2008	2610	2482	3016
08/2023	07/2023	06/2023	05/2023	04/2023	03/2023	02/2023	01/2023	12/2022	11/2022	10/2022	09/2022
2784	1202	2580	3068	1994	2130	1844	1608	2552	1456	1286	2240
08/2022	07/2022	06/2022	05/2022	04/2022	03/2022	02/2022	01/2022	12/2021	11/2021	10/2021	09/2021
1691	1370	1219	0	370	1090	3612	2276	4058	2930	4806	4282
08/2021	07/2021	06/2021	05/2021	04/2021	03/2021	02/2021	01/2021	12/2020	11/2020	10/2020	09/2020
3474	4248	3534	3490	3198	4212	2860	2200	3326	3876	498	1124
CMM Anual: 1.862,17				CMM 3 Anos: 2.217,33				CMM 5 Anos: 2.392,80			

Produto Desqualificado no Parecer: 78199

Produto Desqualificado no Parecer: 57116

ÚLTIMAS COMPRAS

Solicitação	Processo	Dt. Licitação	Dt. Fech. Homolog	Qtd. Homolog	Vlr. Unitário	Vlr Total
7558	0121412022	17/10/2023	20/12/2024	50000	0,34	17.000,00
7451	0074082022	19/08/2022	25/10/2023	46150	0,49	22.613,50
7399	0040572022	06/01/2023	27/03/2024	49008	0,49	24.013,92
6632	0022462020	30/09/2020	10/11/2021	48900	0,36	17.604,00
5593	0033052017	03/05/2018	09/10/2019	100000	0,30	30.000,00
3185	0010512012	21/02/2013	05/06/2013	113000	0,32	36.160,00
2822	0014682011	30/09/2011	17/02/2012	98000	0,40	39.200,00
2091	0000652010	02/06/2010	08/10/2010	90000	0,31	27.900,00
1711	0002172009	16/04/2009	16/06/2009	54000	0,32	17.280,00
1552	0025222008	11/11/2008	29/12/2008	42000	0,42	17.640,00

SOLICITAÇÕES PARA COMPRA EM ANDAMENTO PERIODO 5 ANO(S)

Solicitação	Dt. Solicitação	Processo	Licitação	Gerdoc	Modalidade	Qt. Solici	Vlr Estimado
8381	02/09/2025	0114952025		9591656	Não Informado	42500	0,00
8053	28/05/2024	0068922024	900752025	9589602	Preg. Eletr./RP	42500	0,00
7558	04/10/2022	0121412022	1762023	9589147	Preg. Eletr.	50000	0,60
7451	27/05/2022	0074082022	2332022	9589040	Preg. Eletr./RP	46150	0,70
7399	26/04/2022	0040572022	3732022	9588996	Preg. Eletr./RP	49008	0,56
7391	20/04/2022			0	Não Informado	49008	0,00
7263	28/12/2021	0201432021		9588879	Não Informado	21282	0,00
7246	20/12/2021	0149332021		9588866	Não Informado	18510	0,00
7099	09/08/2021	0094142021	742022	9588715	Preg. Eletr.	46150	0,00
7020	09/04/2021	0021652021		9588614	Não Informado	45459	0,00

ÚLTIMAS ENTRADAS NO ESTOQUE NO PERIODO DE 5 ANO(S)

Cod.Entrada	Dt. Entrada	Fornecedor	Processo	VI.Unitário	Qt.Entrada
120946	26/09/2024	ARC FONTOURA INDUSTRIA COMERCIO E REPRESENTACOE		0,34	9000
118861	12/07/2024	ARC FONTOURA INDUSTRIA COMERCIO E REPRESENTACOE		0,34	8000
118831	12/07/2024	ARC FONTOURA INDUSTRIA COMERCIO E REPRESENTACOE		0,34	10728
113752	07/12/2023	LEMAN MEDICAMENTOS E CIA LTDA		0,49	11200
108792	27/06/2023	NEVE IND E COM DE PROD CIRURG LTDA		0,49	12000
103110	13/01/2023	NEVE IND E COM DE PROD CIRURG LTDA	250570074082022	0,49	18000
90185	22/11/2021	NEVE IND E COM DE PROD CIRURG LTDA	25057002246202043	0,36	6636
85409	27/05/2021	NEVE IND E COM DE PROD CIRURG LTDA	25057002246/2020-4	0,36	15000
82529	03/02/2021	NEVE IND E COM DE PROD CIRURG LTDA	25057002246202043	0,36	27264
79858	09/10/2020	USA IND. E COM. DE PROD. CIR. LTDA.	25057003305201703	0,30	9900



DADOS DO PRODUTO

ATADURA DE CREPE DE 15 cm x 4,5m (13 FIOS)

Produto: 70122 Código BR: BR0628380 Unidade: ROLO 1.80M

Bloqueado P/ Compra: NÃO Permite Movimentação: SIM

ATADURA DE CREPE, CONFECCIONADA COM FIO 100% ALGODÃO, DE ALTA TORÇÃO COM DENSIDADE DE 13 FIOS/CM2, COR NATURAL, EMBALAGEM INDIVIDUAL, NÃO ESTÉRIL DE 15 CM X 1,80M.

Saldo Virtual	Tmp. Dur. Com 3 Meses	Tmp. Dur. Com 12 Meses
0	0,00	0,00

Estoque Atual
Total 8

FARMACIA - FRACIONADOS 8

CONSUMO MÉDIO MENSAL 5 ANO(S)

08/2025	07/2025	06/2025	05/2025	04/2025	03/2025	02/2025	01/2025	12/2024	11/2024	10/2024	09/2024
4580	2701	4155	4436	3452	3991	2520	3268	4642	3420	4504	3971
08/2024	07/2024	06/2024	05/2024	04/2024	03/2024	02/2024	01/2024	12/2023	11/2023	10/2023	09/2023
3726	3930	4320	3882	1308	3965	3755	3620	2916	3586	4310	4263
08/2023	07/2023	06/2023	05/2023	04/2023	03/2023	02/2023	01/2023	12/2022	11/2022	10/2022	09/2022
4090	2889	3736	3924	3586	3560	3756	2004	4346	2777	2709	3850
08/2022	07/2022	06/2022	05/2022	04/2022	03/2022	02/2022	01/2022	12/2021	11/2021	10/2021	09/2021
3555	5297	2000	4629	5066	5167	4364	2326	4980	3593	3758	4373
08/2021	07/2021	06/2021	05/2021	04/2021	03/2021	02/2021	01/2021	12/2020	11/2020	10/2020	09/2020
4105	4074	3853	3112	1645	3678	2970	3085	2781	3798	5679	3384
CMM Anual: 3.803,33			CMM 3 Anos: 3.623,56			CMM 5 Anos: 3.695,33					

Produto Desqualificado no Parecer: 57135

ÚLTIMAS COMPRAS

Solicitação	Processo	Dt. Licitação	Dt. Fech. Homolog	Qtd. Homolog	Vlr. Unitário	Vlr Total
7558	0121412022	17/10/2023	20/12/2024	62000	0,58	35.960,00
7451	0074082022	19/08/2022	25/10/2023	64980	0,67	43.536,60
7399	0040572022	06/01/2023	27/03/2024	63000	0,65	40.950,00
6632	0022462020	30/09/2020	10/11/2021	48900	0,54	26.406,00
5593	0033052017	03/05/2018	09/10/2019	120000	0,50	60.000,00
3185	0010512012	21/02/2013	05/06/2013	104760	0,48	50.284,80
2822	0014682011	30/09/2011	17/02/2012	87000	0,78	67.860,00
2091	0000652010	02/06/2010	08/10/2010	84000	0,50	42.000,00
1848	0019292009	18/09/2009	17/11/2009	6000	0,59	3.540,00
1711	0002172009	16/04/2009	16/06/2009	44000	0,47	20.680,00

SOLICITAÇÕES PARA COMPRA EM ANDAMENTO PERIODO 5 ANO(S)

Solicitação	Dt. Solicitação	Processo	Licitação	Gerdoc	Modalidade	Qt. Solici	Vlr Estimado
8381	02/09/2025	0114952025		9591656	Não Informado	56000	0,00
8053	28/05/2024	0068922024	900752025	9589602	Preg. Eletr./RP	56000	0,00
7558	04/10/2022	0121412022	1762023	9589147	Preg. Eletr.	62000	0,71
7451	27/05/2022	0074082022	2332022	9589040	Preg. Eletr./RP	64980	1,14
7399	26/04/2022	0040572022	3732022	9588996	Preg. Eletr./RP	63000	0,93
7391	20/04/2022			0	Não Informado	63000	0,00
7253	20/12/2021	0149362021		9588870	Não Informado	25400	0,00
7099	09/08/2021	0094142021	742022	9588715	Preg. Eletr.	64980	0,00
7020	09/04/2021	0021652021		9588614	Não Informado	65378	0,00

ÚLTIMAS ENTRADAS NO ESTOQUE NO PERIODO DE 5 ANO(S)

Cod.Entrada	Dt. Entrada	Fornecedor	Processo	Vi.Unitário	Qt.Entrada
121817	11/11/2024	ERIMAR IND COM DE PROD PARA SAUDE EIRELI		0,58	19992
121815	11/11/2024	ERIMAR IND COM DE PROD PARA SAUDE EIRELI		0,58	11472
119937	12/08/2024	ERIMAR IND COM DE PROD PARA SAUDE EIRELI		0,58	10200
117170	14/05/2024	ERIMAR IND COM DE PROD PARA SAUDE EIRELI		0,58	10200
117168	14/05/2024	ERIMAR IND COM DE PROD PARA SAUDE EIRELI		0,58	10116
111807	02/10/2023	LEMAN MEDICAMENTOS E CIA LTDA		0,65	10800
107954	06/06/2023	LEMAN MEDICAMENTOS E CIA LTDA		0,65	12804
103424	30/01/2023	NEVE IND E COM DE PROD CIRURG LTDA		0,67	10008
103111	13/01/2023	NEVE IND E COM DE PROD CIRURG LTDA	25057007408202200	0,67	21840
90185	22/11/2021	NEVE IND E COM DE PROD CIRURG LTDA	25057002246202043	0,54	5892
86407	07/07/2021	NEVE IND E COM DE PROD CIRURG LTDA	25057006088202181	0,54	12000
82532	03/02/2021	NEVE IND E COM DE PROD CIRURG LTDA	25057002246202043	0,54	31008



DADOS DO PRODUTO

ATADURA DE CREPE DE 20 cm x 4,5m (13 FIOS)

Produto: 70130 Código BR: BR0628381 Unidade: ROLO 1.80M

Bloqueado P/ Compra: NÃO Permite Movimentação: SIM

ATADURA DE CREPE, CONFECCIONADA COM FIO 100% ALGODÃO, DE ALTA TORÇÃO COM DENSIDADE DE 13 FIOS /CM2, COR NATURAL, EMBALAGEM INDIVIDUAL, NÃO ESTÉRIL DE 20 CM X 1,80M.

Saldo Virtual	Tmp. Dur. Com 3 Meses	Tmp. Dur. Com 12 Meses
0	0,73	0,88

Estoque Atual
Total 2314

ALMOXARIFADO CENTRAL 2314

CONSUMO MÉDIO MENSAL 5 ANO(S)

08/2025	07/2025	06/2025	05/2025	04/2025	03/2025	02/2025	01/2025	12/2024	11/2024	10/2024	09/2024
3468	3124	2880	2208	1065	2316	2360	2360	2209	2508	3546	3416
08/2024	07/2024	06/2024	05/2024	04/2024	03/2024	02/2024	01/2024	12/2023	11/2023	10/2023	09/2023
2608	3000	3080	3908	4004	3256	2544	3368	2276	2700	3164	2223
08/2023	07/2023	06/2023	05/2023	04/2023	03/2023	02/2023	01/2023	12/2022	11/2022	10/2022	09/2022
3252	1646	2002	3789	1608	2476	2624	1608	900	2268	2124	2742
08/2022	07/2022	06/2022	05/2022	04/2022	03/2022	02/2022	01/2022	12/2021	11/2021	10/2021	09/2021
3266	2892	4200	3862	3088	2412	2700	1824	3038	2288	2896	2876
08/2021	07/2021	06/2021	05/2021	04/2021	03/2021	02/2021	01/2021	12/2020	11/2020	10/2020	09/2020
2562	2560	2607	1983	924	2814	1874	2553	1870	2259	2870	1837

CMM Anual: 2.621,67

CMM 3 Anos: 2.628,61

CMM 5 Anos: 2.611,42

Produto Desqualificado no Parecer: 48975

Produto Desqualificado no Parecer: 49416

Produto Desqualificado no Parecer: 86178

Produto Desqualificado no Parecer: 57115

ÚLTIMAS COMPRAS

Solicitação	Processo	Dt. Licitação	Dt. Fech. Homolog	Qtd. Homolog	Vir. Unitário	Vir Total
7558	0121412022	17/10/2023	20/12/2024	45000	0,69	31.050,00
7451	0074082022	19/08/2022	25/10/2023	34212	0,94	32.159,28
7399	0040572022	06/01/2023	27/03/2024	37000	0,87	32.190,00
6632	0022462020	30/09/2020	10/11/2021	37305	0,72	26.859,60
5593	0033052017	03/05/2018	09/10/2019	80000	0,64	51.200,00
3185	0010512012	21/02/2013	05/06/2013	73260	0,64	46.886,40
2822	0014682011	30/09/2011	17/02/2012	55000	0,83	45.650,00
2091	0000652010	02/06/2010	08/10/2010	51000	0,67	34.170,00
1711	0002172009	16/04/2009	16/06/2009	32000	0,64	20.480,00
1552	0025222008	11/11/2008	29/12/2008	32000	0,79	25.280,00

SOLICITAÇÕES PARA COMPRA EM ANDAMENTO PERIODO 5 ANO(S)

Solicitação	Dt. Solicitação	Processo	Licitação	Gerdoc	Modalidade	Qt. Solici	Vir Estimado
8381	02/09/2025	0114952025		9591656	Não Informado	47000	0,00
8053	28/05/2024	0068922024	900752025	9589602	Preg. Eletr./RP	47000	0,00
7558	04/10/2022	0121412022	1762023	9589147	Preg. Eletr.	45000	1,19
7451	27/05/2022	0074082022	2332022	9589040	Preg. Eletr./RP	34212	1,68
7399	26/04/2022	0040572022	3732022	9588996	Preg. Eletr./RP	37000	1,24
7391	20/04/2022			0	Não Informado	37000	0,00
7273	30/12/2021	0201462021		9588892	Não Informado	14500	0,00
7272	30/12/2021			0	Não Informado	21282	0,00
7099	09/08/2021	0094142021	742022	9588715	Preg. Eletr.	34212	0,00
7020	09/04/2021	0021652021		9588614	Não Informado	34245	0,00

ÚLTIMAS ENTRADAS NO ESTOQUE NO PERIODO DE 5 ANO(S)

Cod.Entrada	Dt. Entrada	Fornecedor	Processo	VI.Unitário	Qt.Entrada
121815	11/11/2024	ERIMAR IND COM DE PROD PARA SAUDE EIRELI		0,69	8808
121380	21/10/2024	ERIMAR IND COM DE PROD PARA SAUDE EIRELI		0,69	9492
120174	19/08/2024	ERIMAR IND COM DE PROD PARA SAUDE EIRELI		0,69	6192
118880	15/07/2024	ERIMAR IND COM DE PROD PARA SAUDE EIRELI		0,69	12000
117170	14/05/2024	ERIMAR IND COM DE PROD PARA SAUDE EIRELI		0,69	5760
117167	14/05/2024	ERIMAR IND COM DE PROD PARA SAUDE EIRELI		0,69	2724
113910	14/12/2023	LEMAN MEDICAMENTOS E CIA LTDA		0,87	13500
108796	27/06/2023	LEMAN MEDICAMENTOS E CIA LTDA		0,87	2700

107954	06/06/2023	LEMAN MEDICAMENTOS E CIA LTDA		0,87	9204
103424	30/01/2023	NEVE IND E COM DE PROD CIRURG LTDA		0,94	6000
103111	13/01/2023	NEVE IND E COM DE PROD CIRURG LTDA	25057007408202200	0,94	15120
86407	07/07/2021	NEVE IND E COM DE PROD CIRURG LTDA	25057006088202181	0,72	9000
80944	26/11/2020	ERIMAR IND COM DE PROD PARA SAUDE EIRELI	23066054822201889	0,75	15000



DADOS DO PRODUTO

GASE ALGODONADA PARA CURATIVO CIRURGICO 10 X 15

Produto: 70564 Código BR: BR0627906 Unidade: UNIDADE

Bloqueado P/ Compra: NÃO Permite Movimentação: SIM

COMPRESSA DE GAZE ALGODONADA 15 CM X 10 CM, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL, CONSTITUÍDA DE UMA CAMADA DE PAPEL ABSORVENTE, RECOBERTA POR DUAS MANTAS DE ALGODÃO MEDICINAL (HIDRÓFILO), COM ENVOLTÓRIO DE TECIDO DE GAZE HIDRÓFILO, COM 5 DOBRAS.

Saldo Virtual	Tmp. Dur. Com 3 Meses	Tmp. Dur. Com 12 Meses
0		0,01

Estoque Atual
Total 8

FARMACIA - FRACIONADOS	8
------------------------	---

CONSUMO MÉDIO MENSAL 5 ANO(S)

08/2025	07/2025	06/2025	05/2025	04/2025	03/2025	02/2025	01/2025	12/2024	11/2024	10/2024	09/2024
0	0	0	0	0	0	0	0	2700	4710	5230	4266
08/2024	07/2024	06/2024	05/2024	04/2024	03/2024	02/2024	01/2024	12/2023	11/2023	10/2023	09/2023
3670	3690	2664	2810	550	10	0	300	0	0	0	0
08/2023	07/2023	06/2023	05/2023	04/2023	03/2023	02/2023	01/2023	12/2022	11/2022	10/2022	09/2022
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
08/2022	07/2022	06/2022	05/2022	04/2022	03/2022	02/2022	01/2022	12/2021	11/2021	10/2021	09/2021
0	0	0	0	170	0	0	300	360	150	0	1685
08/2021	07/2021	06/2021	05/2021	04/2021	03/2021	02/2021	01/2021	12/2020	11/2020	10/2020	09/2020
4831	5054	2810	4281	6702	8162	8846	10130	5549	3260	3480	2700
CMM Anual: 1.408,83			CMM 3 Anos: 850,00			CMM 5 Anos: 1.651,17					

Produto Desqualificado no Parecer: 94718

Produto Desqualificado no Parecer: 47678

Produto Desqualificado no Parecer: 87398

Produto Desqualificado no Parecer: 86038

Produto Desqualificado no Parecer: 103018

Produto Desqualificado no Parecer: 47361

Produto Desqualificado no Parecer: 59555

Produto Desqualificado no Parecer: 53335

Produto Desqualificado no Parecer: 92598

Produto Desqualificado no Parecer: 94278

Produto Desqualificado no Parecer: 105404

Produto Desqualificado no Parecer: 59116

Produto Desqualificado no Parecer: 77258

Produto Desqualificado no Parecer: 47915

ÚLTIMAS COMPRAS

Solicitação	Processo	Dt. Licitação	Dt. Fech. Homolog	Qtd. Homolog	Vlr. Unitário	Vlr Total
7393	0055392022	08/03/2023	14/08/2024	49635	0,69	34.248,15
5945	0101822018	15/03/2019	04/07/2020	55000	0,76	41.800,00
5300	0029392016	12/04/2017	16/07/2018	100000	1,24	124.000,00
4075	0017712014	17/10/2014	30/03/2016	50000	1,25	62.500,00
3282	0012482012	27/02/2013	08/05/2013	50000	1,37	68.500,00
2686	0063312010	12/05/2011	26/07/2011	60000	1,62	97.200,00
1936	0027762009	14/10/2009	13/11/2009	90000	0,80	72.000,00
1433	0003862008	16/06/2008	11/08/2008	30000	0,75	22.500,00
1198	0007142007	24/07/2007	31/08/2007	37000	0,59	21.830,00

SOLICITAÇÕES PARA COMPRA EM ANDAMENTO PERIODO 5 ANO(S)

Solicitação	Dt. Solicitação	Processo	Licitação	Gerdock	Modalidade	Qt. Solici	Vlr Estimado
8381	02/09/2025	0114952025		9591656	Não Informado	58000	0,00
8159	11/11/2024	0154052024		9589689	Não Informado	56000	0,00
8053	28/05/2024	0068922024	900752025	9589602	Preg. Eletr./RP	58000	0,00
7680	14/03/2023	0037362023	1302023	9589268	Preg. Eletr.	60000	0,00
7558	04/10/2022	0121412022	1762023	9589147	Preg. Eletr.	55000	0,00
7393	25/04/2022	0055392022	572023	9588991	Preg. Eletr./RP	49635	1,05
7385	13/04/2022	0028872022	3532022	9588986	Preg. Eletr.	60000	0,00
7088	29/07/2021	0060372021	1472022	9588703	Preg. Eletr./RP	57825	0,00
7020	09/04/2021	0021652021		9588614	Não Informado	54795	0,00
6966	05/03/2021	0031772021		9588694	Não Informado	22200	0,00

ÚLTIMAS ENTRADAS NO ESTOQUE NO PERIODO DE 5 ANO(S)

Cod.Entrada	Dt. Entrada	Fornecedor	Processo	Vi.Unitário	Qt.Entrada
120713	13/09/2024	NEVE IND E COM DE PROD CIRURG LTDA		0,69	15000
111564	27/09/2023	NEVE IND E COM DE PROD CIRURG LTDA		0,69	15600
79392	21/09/2020	MH SUPRIMENTOS E COM. PROD. MED. LTDA	0101822018	0,76	41000



DADOS DO PRODUTO

COMPRESSA DE GAZE 7,5 X 7,5 ALGODAO PACOTE C/ 10 UNIDADES

Produto: 70629 Código BR: BR0628237 Unidade: EMBALAGEM - 1

Bloqueado P/ Compra: NÃO Permite Movimentação: SIM

COMPRESSA GAZE BRANCA, 100% ALGODÃO, 7,5 CM X 7,5CM, COM 13 FIOS/CM2, 8 CAMADAS E 5 DOBRAS, ISENTA DE IMPUREZAS, DESCARTÁVEL E ESTÉRIL, PACOTE COM 10 UNIDADES.

Saldo Virtual	Tmp. Dur. Com 3 Meses	Tmp. Dur. Com 12 Meses
0	1,08	1,51

Estoque Atual
Total 51490

ALMOXARIFADO - ESTACIONAN	50400
FARMACIA - FRACIONADOS	80
ALMOXARIFADO CENTRAL	1010

CONSUMO MÉDIO MENSAL 5 ANO(S)

08/2025	07/2025	06/2025	05/2025	04/2025	03/2025	02/2025	01/2025	12/2024	11/2024	10/2024	09/2024
45730	43456	53790	6902	0	25950	45940	26160	66359	29710	35185	29550
08/2024	07/2024	06/2024	05/2024	04/2024	03/2024	02/2024	01/2024	12/2023	11/2023	10/2023	09/2023
23280	23880	19992	56240	4896	49640	28034	38120	22080	32510	34240	25260
08/2023	07/2023	06/2023	05/2023	04/2023	03/2023	02/2023	01/2023	12/2022	11/2022	10/2022	09/2022
32743	22950	30960	31252	22840	21770	14245	19400	27660	25390	27870	33810
08/2022	07/2022	06/2022	05/2022	04/2022	03/2022	02/2022	01/2022	12/2021	11/2021	10/2021	09/2021
17050	29750	34280	28230	32690	31300	35416	25430	39680	38730	46500	36690
08/2021	07/2021	06/2021	05/2021	04/2021	03/2021	02/2021	01/2021	12/2020	11/2020	10/2020	09/2020
24225	36840	30630	20480	19380	36650	27020	21330	29150	21300	30480	22310
CMM Anual: 34.061,00				CMM 3 Anos: 29.938,72				CMM 5 Anos: 29.888,92			

PROCESSO SRP COM VALIDADE ATIVA

Fornecedor	Modalidade	Processo	Dt. recn. Homologada	Dt. Validade	Qtd. Homolog	Ped. em Trânsito	Saldo Virtual	Vlr Unitário
TARGET MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	Preg. Eletr./SRP (I00432025		18/12/2024	17/12/2025	205416	205416	0	0,44
Produto Desqualificado no Parecer: 98178								
Produto Desqualificado no Parecer: 92918								
Produto Desqualificado no Parecer: 95698								
Produto Desqualificado no Parecer: 70438								
Produto Desqualificado no Parecer: 66898								
Produto Desqualificado no Parecer: 95978								
Produto Desqualificado no Parecer: 69938								
Produto Desqualificado no Parecer: 94658								
Produto Desqualificado no Parecer: 77238								
Produto Desqualificado no Parecer: 94158								
Produto Desqualificado no Parecer: 86218								
Produto Desqualificado no Parecer: 70198								
Produto Desqualificado no Parecer: 96598								
Produto Desqualificado no Parecer: 104700								
Produto Desqualificado no Parecer: 48095								

ÚLTIMAS COMPRAS

Solicitação	Processo	Dt. Licitação	Dt. Fech. Homolog	Qtd. Homolog	Vlr. Unitário	Vlr Total
7680	0037362023	22/05/2023	29/06/2024	535000	0,44	235.400,00
7558	0121412022	17/10/2023	20/12/2024	495000	0,44	217.800,00
7393	0055392022	08/03/2023	14/08/2024	464325	0,47	218.232,75
7088	0060372021	20/05/2022	01/08/2023	435800	0,50	217.900,00
6299	0080672019	25/06/2020	15/10/2021	500000	0,42	210.000,00
3282	0012482012	27/02/2013	08/05/2013	500000	0,33	165.000,00
2129	0003942010	13/08/2010	11/11/2010	600000	0,25	150.000,00
1936	0027762009	14/10/2009	13/11/2009	425000	0,29	123.250,00
1433	0003862008	16/06/2008	11/08/2008	100000	0,28	28.000,00
1198	0007142007	24/07/2007	31/08/2007	380000	0,22	83.600,00

SOLICITAÇÕES PARA COMPRA EM ANDAMENTO PERIODO 5 ANO(S)

Solicitação	Dt. Solicitação	Processo	Licitação	Gerdock	Modalidade	Qt. Solici	Vlr Estimado
8381	02/09/2025	0114952025		9591656	Não Informado	451000	0,00
8283	02/05/2025	0043792025		9590763	Não Informado	205416	0,00

8159	11/11/2024	0154052024		9589689	Não Informado	480000	0,00
8053	28/05/2024	0068922024	900752025	9589602	Preg. Eletr./RP	451000	0,00
7680	14/03/2023	0037362023	1302023	9589268	Preg. Eletr.	535000	0,61
7558	04/10/2022	0121412022	1762023	9589147	Preg. Eletr.	495000	0,48
7393	25/04/2022	0055392022	572023	9588991	Preg. Eletr./RP	464325	1,97
7385	13/04/2022	0028872022	3532022	9588986	Preg. Eletr.	535000	0,00
7088	29/07/2021	0060372021	1472022	9588703	Preg. Eletr./RP	435800	0,50
7020	09/04/2021	0021652021		9588614	Não Informado	435425	0,00

ÚLTIMAS ENTRADAS NO ESTOQUE NO PERIODO DE 5 ANO(S)

Cod.Entrada	Dt. Entrada	Fornecedor	Processo	VI.Unitário	Qt.Entrada
125091	03/06/2025	TARGET MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTD.		0,44	103000
125090	03/06/2025	TARGET MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTD.		0,44	102416
120861	23/09/2024	ORTOM INDUSTRIA TEXTIL LTDA EPP		0,44	70000
117657	27/05/2024	ORTOM INDUSTRIA TEXTIL LTDA EPP		0,44	90000
117656	27/05/2024	ORTOM INDUSTRIA TEXTIL LTDA EPP		0,44	58830
117655	27/05/2024	ORTOM INDUSTRIA TEXTIL LTDA EPP		0,44	35000
117654	27/05/2024	ORTOM INDUSTRIA TEXTIL LTDA EPP		0,44	141472
110806	28/08/2023	ORTOM INDUSTRIA TEXTIL LTDA EPP		0,44	93000
110805	28/08/2023	ORTOM INDUSTRIA TEXTIL LTDA EPP		0,44	93000
105121	14/03/2023	ESSENCIAL RIO DIST. PROD. MEDICOS HOSP.		0,50	26040
103598	03/02/2023	ESSENCIAL RIO DIST. PROD. MEDICOS HOSP.		0,50	81480
100121	13/10/2022	ESSENCIAL RIO DIST. PROD. MEDICOS HOSP.	25057006037202150	0,50	124000
98303	17/08/2022	ESSENCIAL RIO DIST. PROD. MEDICOS HOSP.	25057006037202150	0,50	204000
91195	21/12/2021	LINEA RJ COMERCIO EIRELI	25057008067201986	0,42	60000



DADOS DO PRODUTO

BANDAGEM ELASTICA AUTO-ADERENTE 10CM X 4,5M (ESTIRADA)

Produto: 70726 Código BR: BR0478129 Unidade: UNIDADE

Bloqueado P/ Compra: NÃO Permite Movimentação: SIM

BANDAGEM ELÁSTICA AUTO-ADERENTE, COR DA PELE, POROSA, MOLDÁVEL, LIVRE DE LÁTEX, MEDINDO APROXIMADAMENTE 10CM X 4,5M (ESTIRADA).

Saldo Virtual	Tmp. Dur. Com 3 Meses	Tmp. Dur. Com 12 Meses
385	0,61	0,74

Estoque Atual
Total 21

ALMOXARIFADO CENTRAL 21

CONSUMO MÉDIO MENSAL 5 ANO(S)

08/2025	07/2025	06/2025	05/2025	04/2025	03/2025	02/2025	01/2025	12/2024	11/2024	10/2024	09/2024
36	16	52	18	35	19	57	17	17	28	38	8
08/2024	07/2024	06/2024	05/2024	04/2024	03/2024	02/2024	01/2024	12/2023	11/2023	10/2023	09/2023
17	59	23	36	42	37	19	46	16	19	25	13
08/2023	07/2023	06/2023	05/2023	04/2023	03/2023	02/2023	01/2023	12/2022	11/2022	10/2022	09/2022
36	3	45	38	16	15	29	31	29	13	25	33
08/2022	07/2022	06/2022	05/2022	04/2022	03/2022	02/2022	01/2022	12/2021	11/2021	10/2021	09/2021
26	24	39	18	27	39	16	23	28	25	30	24
08/2021	07/2021	06/2021	05/2021	04/2021	03/2021	02/2021	01/2021	12/2020	11/2020	10/2020	09/2020
18	5	23	21	5	22	14	5	19	22	25	18
CMM Anual: 28,42			CMM 3 Anos: 27,94			CMM 5 Anos: 25,37					

PROCESSO SRP COM VALIDADE ATIVA

Fornecedor	Modalidade	Processo	Dt. Recn. Homologada	Dt. Validade	Qtd. Homolog	Ped. em Trânsito	Saldo Virtual	Vlr Unitário
BIONDI & BUSH COMERCIAL LTDA	Preg. Eletr./RP	0068922024	20/08/2025	22/08/2026	460	75	385	16,96
LUPMED COM DISTR E IMPORT LTDA EPP	Preg. Eletr./RP	0097872023	05/08/2025	07/08/2026	380	380	0	8,75

ÚLTIMAS COMPRAS

Solicitação	Processo	Dt. Licitação	Dt. Fech. Homolog	Qtd. Homolog	Vlr. Unitário	Vlr Total
8053	0068922024	07/08/2025	22/08/2026	460	16,96	7.801,60
7842	0097872023	09/07/2025	07/08/2026	380	8,75	3.325,00
7558	0121412022	17/10/2023	20/12/2024	450	14,62	6.579,00
7139	0095352021	25/07/2022	11/11/2023	480	9,30	4.464,00
6632	0022462020	30/09/2020	10/11/2021	510	14,67	7.481,70
2091	0000652010	02/06/2010	08/10/2010	600	47,61	28.566,00
1711	0002172009	16/04/2009	16/06/2009	550	34,00	18.700,00
1413	0001752008	13/05/2008	14/07/2008	100	31,07	3.107,00

SOLICITAÇÕES PARA COMPRA EM ANDAMENTO PERIODO 5 ANO(S)

Solicitação	Dt. Solicitação	Processo	Licitação	Gerdoc	Modalidade	Qt. Solici	Vlr Estimado
8133	08/10/2024	0110032024		9589659	Não Informado	440	0,00
8053	28/05/2024	0068922024	900752025	9589602	Preg. Eletr./RP	460	15,10
8007	09/04/2024	0193982023	900932025	9589552	Preg. Eletr./RP	500	0,00
7842	25/08/2023	0097872023	900682025	9589402	Preg. Eletr./RP	380	20,54
7558	04/10/2022	0121412022	1762023	9589147	Preg. Eletr.	450	14,82
7139	24/08/2021	0095352021	2202022	9588749	Preg. Eletr./RP	480	18,84

ÚLTIMAS ENTRADAS NO ESTOQUE NO PERIODO DE 5 ANO(S)

Cod. Entrada	Dt. Entrada	Fornecedor	Processo	VI. Unitário	Qt. Entrada
121579	30/10/2024	I.E.S COMERCIO PROD.MEDIC.HOSP.EIRELIME		14,62	200
120145	19/08/2024	I.E.S COMERCIO PROD.MEDIC.HOSP.EIRELIME		14,62	155
103602	03/02/2023	POLITEC IMPORTACAO E COMERCIO LTDA		17,04	240
103328	23/01/2023	POLITEC IMPORTACAO E COMERCIO LTDA		17,04	100
103074	12/01/2023	STERI GRAU PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	25057009535202154	9,30	100
99528	22/09/2022	POLITEC IMPORTACAO E COMERCIO LTDA	25057013675201821	17,04	170
90196	22/11/2021	ESSINTO MED DISTR E IMPORT LTDA	25057002246202043	14,67	61
83686	16/03/2021	R2 S ABRAHAO COMERCIO E SERVICOS EIRELI	25057000712019-74	19,50	230



DADOS DO PRODUTO

ESPARADRAPO IMPERMEÁVEL 10CM X 4,5M

Produto: 180068 Código BR: BR0437863 Unidade: ROLO

Bloqueado P/ Compra: NÃO Permite Movimentação: SIM

ESPARADRAPO IMPERMEÁVEL, COM DORSO EM TECIDO DE ALGODÃO, COR BRANCA, BOA ADERÊNCIA, HIPO-ALERGÊNICO, FLEXÍVEL. APRESENTAÇÃO EM CARRETEL PLÁSTICO, COM CAPA DE PROTEÇÃO EM PLÁSTICO RÍGIDO, MEDINDO 100 MM X 4,5M.

Saldo Virtual	Tmp. Dur. Com 3 Meses	Tmp. Dur. Com 12 Meses
0	0,00	0,00

Estoque Atual

Total 0

CONSUMO MÉDIO MENSAL 5 ANO(S)

08/2025	07/2025	06/2025	05/2025	04/2025	03/2025	02/2025	01/2025	12/2024	11/2024	10/2024	09/2024
0	0	246	1050	638	853	784	603	754	681	875	620
08/2024	07/2024	06/2024	05/2024	04/2024	03/2024	02/2024	01/2024	12/2023	11/2023	10/2023	09/2023
652	821	1500	0	301	404	650	843	784	906	985	901
08/2023	07/2023	06/2023	05/2023	04/2023	03/2023	02/2023	01/2023	12/2022	11/2022	10/2022	09/2022
966	615	824	1008	786	827	956	665	1155	795	858	838
08/2022	07/2022	06/2022	05/2022	04/2022	03/2022	02/2022	01/2022	12/2021	11/2021	10/2021	09/2021
1208	1086	1021	1021	805	737	795	522	889	726	716	433
08/2021	07/2021	06/2021	05/2021	04/2021	03/2021	02/2021	01/2021	12/2020	11/2020	10/2020	09/2020
689	856	554	463	296	705	482	342	493	646	564	359

CMM Anual: 592,00

CMM 3 Anos: 726,22

CMM 5 Anos: 709,20

Produto Desqualificado no Parecer: 48077

Produto Desqualificado no Parecer: 68820

ÚLTIMAS COMPRAS

Solicitação	Processo	Dt. Licitação	Dt. Fech. Homolog	Qtd. Homolog	Vlr. Unitário	Vlr Total
7558	0121412022	17/10/2023	20/12/2024	14000	4,23	59.220,00
7288	0002472022	17/05/2022	25/08/2023	22650	8,00	181.200,00
7139	0095352021	25/07/2022	11/11/2023	11730	7,51	88.092,30
6239	0062492019	12/02/2020	12/06/2021	13305	5,40	71.847,00
4081	0020622014	22/12/2014	24/06/2016	15000	4,20	63.000,00
3179	0010592012	03/01/2013	10/04/2013	21000	4,95	103.950,00
2700	0065352010	06/05/2011	05/07/2011	18000	4,95	89.100,00
2116	0003062010	19/04/2010	28/06/2010	15000	3,62	54.300,00
1698	0000992009	01/07/2009	04/09/2009	11000	3,80	41.800,00
1528	0021962008	15/09/2008	19/11/2008	8000	3,50	28.000,00

SOLICITAÇÕES PARA COMPRA EM ANDAMENTO PERIODO 5 ANO(S)

Solicitação	Dt. Solicitação	Processo	Licitação	Gerdoc	Modalidade	Qt. Solici	Vlr Estimado
8381	02/09/2025	0114952025		9591656	Não Informado	12200	0,00
8053	28/05/2024	0068922024	900752025	9589602	Preg. Eletr./RP	12200	0,00
7558	04/10/2022	0121412022	1762023	9589147	Preg. Eletr.	14000	9,89
7288	11/01/2022	0002472022	1412022	9588911	Preg. Pres./RP	22650	8,29
7139	24/08/2021	0095352021	2202022	9588749	Preg. Eletr./RP	11730	7,51

ÚLTIMAS ENTRADAS NO ESTOQUE NO PERIODO DE 5 ANO(S)

Cod.Entrada	Dt. Entrada	Fornecedor	Processo	Vi.Unitário	Qt.Entrada
121583	30/10/2024	MEDFUTURA DISTR DE MED E PROD DE SAUDE		4,23	3489
118096	14/06/2024	MEDFUTURA DISTR DE MED E PROD DE SAUDE		4,23	3024
118038	13/06/2024	MEDFUTURA DISTR DE MED E PROD DE SAUDE		4,23	564
118028	13/06/2024	MEDFUTURA DISTR DE MED E PROD DE SAUDE		4,23	3000
110097	01/08/2023	CM HOSPITALAR S.A.		8,00	2700
104350	23/02/2023	CM HOSPITALAR S.A.		7,51	4152
99964	07/10/2022	CM HOSPITALAR S.A.	25057000247202215	8,00	10404
89788	05/11/2021	NACIONAL COMERCIAL HOSPITALAR LTDA	25057007529202162	5,40	5000
89787	05/11/2021	NACIONAL COMERCIAL HOSPITALAR LTDA	25057006249201912	5,40	5943
84793	20/04/2021	NACIONAL COMERCIAL HOSPITALAR LTDA	25057006249/2019-7	5,40	2424



DADOS DO PRODUTO

FITA MICROPOROSA 12MM X 10M

Produto: 180076 Código BR: BR0437866 Unidade: ROLO

Bloqueado P/ Compra: NÃO Permite Movimentação: SIM

FITA BRANCA, MICROPOROSA, ADESIVO ACRÍLICO HIPO-ALERGÊNICO, BOA ADERÊNCIA, RESISTENTE À UMIDADE, FLEXÍVEL. APRESENTAÇÃO EM CARRETEL PLÁSTICO, COM CAPA DE PROTEÇÃO EM PLÁSTICO RÍGIDO, MEDINDO APROXIMADAMENTE 12 MM X 10M.

Saldo Virtual	Tmp. Dur. Com 3 Meses	Tmp. Dur. Com 12 Meses
200	4,50	6,35

Estoque Atual	Total
	36

ALMOXARIFADO CENTRAL	36
----------------------	----

CONSUMO MÉDIO MENSAL 5 ANO(S)

08/2025	07/2025	06/2025	05/2025	04/2025	03/2025	02/2025	01/2025	12/2024	11/2024	10/2024	09/2024
24	0	0	0	0	0	0	0	0	12	32	0
08/2024	07/2024	06/2024	05/2024	04/2024	03/2024	02/2024	01/2024	12/2023	11/2023	10/2023	09/2023
11	20	0	0	0	50	10	21	0	30	2	0
08/2023	07/2023	06/2023	05/2023	04/2023	03/2023	02/2023	01/2023	12/2022	11/2022	10/2022	09/2022
32	50	20	10	10	64	10	38	57	10	20	2
08/2022	07/2022	06/2022	05/2022	04/2022	03/2022	02/2022	01/2022	12/2021	11/2021	10/2021	09/2021
0	0	0	0	0	0	40	40	40	10	20	0
08/2021	07/2021	06/2021	05/2021	04/2021	03/2021	02/2021	01/2021	12/2020	11/2020	10/2020	09/2020
15	20	0	15	0	20	0	0	30	0	10	0
CMM Anual:			5,67	CMM 3 Anos:			14,86	CMM 5 Anos:			13,25

PROCESSO SRP COM VALIDADE ATIVA

Fornecedor	Modalidade	Processo	Dt. Recn. Homologada	Dt. Validade	Qtd. Homolog	Ped. em Trânsito	Saldo Virtual	Vlr Unitário
DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS SANTE LTDA	Preg. Eletr./RP	0068922024	20/08/2025	22/08/2026	270	70	200	1,45
Produto Desqualificado no Parecer: 46175								
Produto Desqualificado no Parecer: 45029								

ÚLTIMAS COMPRAS

Solicitação	Processo	Dt. Licitação	Dt. Fech. Homolog	Qtd. Homolog	Vlr. Unitário	Vlr Total
8053	0068922024	07/08/2025	22/08/2026	270	1,45	391,50
7139	0095352021	25/07/2022	11/11/2023	435	1,66	722,10
6743	0041612020	11/10/2021	17/01/2023	435	2,50	1.087,50
6239	0062492019	12/02/2020	12/06/2021	435	1,88	817,80
5932	0093492018	31/01/2019	24/05/2020	300	1,33	399,00
3179	0010592012	03/01/2013	10/04/2013	1000	0,98	980,00
2700	0065352010	06/05/2011	05/07/2011	1000	1,02	1.020,00
2116	0003062010	19/04/2010	28/06/2010	1000	0,83	830,00
1698	0000992009	01/07/2009	04/09/2009	300	0,95	285,00
1272	0024912007	21/11/2007	26/12/2007	600	0,64	384,00

SOLICITAÇÕES PARA COMPRA EM ANDAMENTO PERIODO 5 ANO(S)

Solicitação	Dt. Solicitação	Processo	Licitação	Gerdoc	Modalidade	Qt. Solici	Vlr Estimado
8053	28/05/2024	0068922024	900752025	9589602	Preg. Eletr./RP	270	3,50
7558	04/10/2022	0121412022	1762023	9589147	Preg. Eletr.	300	0,00
7139	24/08/2021	0095352021	2202022	9588749	Preg. Eletr./RP	435	2,62

ÚLTIMAS ENTRADAS NO ESTOQUE NO PERIODO DE 5 ANO(S)

Cod.Entrada	Dt. Entrada	Fornecedor	Processo	VI.Unitário	Qt.Entrada
126969	27/08/2025	DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS SANTE LTDA		1,45	70
112303	17/10/2023	CM HOSPITALAR S.A.		1,66	144
98834	05/09/2022	R2 S ABRAHAO COMERCIO E SERVICOS EIRELI	25057004161202008	2,50	435
85472	01/06/2021	MEDMACH SOLUÇÕES HOSPITALARES LTDA ME	25057006249/2019-1	1,88	291



DADOS DO PRODUTO

FITA MICROPOROSA 50MM X 10M

Produto: 180130 Código BR: BR0437867 Unidade: ROLO

Bloqueado P/ Compra: NÃO Permite Movimentação: SIM

FITA BRANCA, MICROPOROSA, COM ADESIVO ACRÍLICO HIPO-ALERGÊNICO, BOA ADERÊNCIA, RESISTENTE À UMIDADE, FLEXÍVEL. APRESENTAÇÃO EM CARRETEL PLÁSTICO, COM CAPA DE PROTEÇÃO EM PLÁSTICO RÍGIDO, MEDINDO 50 MM X 10M.

Saldo Virtual	Tmp. Dur. Com 3 Meses	Tmp. Dur. Com 12 Meses
6600	5,18	4,54

Estoque Atual
Total 2644

ALMOXARIFADO - ESTACIONAM 2304
ALMOXARIFADO CENTRAL 340

CONSUMO MÉDIO MENSAL 5 ANO(S)

08/2025	07/2025	06/2025	05/2025	04/2025	03/2025	02/2025	01/2025	12/2024	11/2024	10/2024	09/2024
903	555	72	0	466	630	827	662	810	685	806	565
08/2024	07/2024	06/2024	05/2024	04/2024	03/2024	02/2024	01/2024	12/2023	11/2023	10/2023	09/2023
528	691	743	652	843	667	631	598	631	727	807	561
08/2023	07/2023	06/2023	05/2023	04/2023	03/2023	02/2023	01/2023	12/2022	11/2022	10/2022	09/2022
565	563	666	642	476	12	0	0	0	0	0	70
08/2022	07/2022	06/2022	05/2022	04/2022	03/2022	02/2022	01/2022	12/2021	11/2021	10/2021	09/2021
226	597	829	1156	951	989	939	861	1201	1028	1106	575
08/2021	07/2021	06/2021	05/2021	04/2021	03/2021	02/2021	01/2021	12/2020	11/2020	10/2020	09/2020
795	623	373	404	412	694	370	333	464	427	420	279
CMM Anual:			581,75	CMM 3 Anos:			501,50	CMM 5 Anos:			568,43

PROCESSO SRP COM VALIDADE ATIVA

Fornecedor	Modalidade	Processo	Dt. recn. Homologada	Dt. Validade	Qtd. Homolog	Ped. em Trânsito	Saldo Virtual	Vlr Unitário
DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS SANTE LTDA	Preg. Eletr./RP	0068922024	20/08/2025	22/08/2026	10100	3500	6600	3,90
Produto Desqualificado no Parecer: 90938								
Produto Desqualificado no Parecer: 75079								
Produto Desqualificado no Parecer: 90178								

ÚLTIMAS COMPRAS

Solicitação	Processo	Dt. Licitação	Dt. Fech. Homolog	Qtd. Homolog	Vlr. Unitário	Vlr Total
8053	0068922024	07/08/2025	22/08/2026	10100	3,90	39.390,00
7558	0121412022	17/10/2023	20/12/2024	15000	3,95	59.250,00
7139	0095352021	25/07/2022	11/11/2023	8925	3,99	35.610,75
6239	0062492019	12/02/2020	12/06/2021	9810	3,22	31.588,20
4965	0022352016	27/06/2017	01/03/2019	10000	3,22	32.200,00
3179	0010592012	03/01/2013	10/04/2013	11000	2,43	26.730,00
2700	0065352010	06/05/2011	05/07/2011	11000	3,00	33.000,00
2116	0003062010	19/04/2010	28/06/2010	10500	2,23	23.415,00
1698	0000992009	01/07/2009	04/09/2009	6300	2,80	17.640,00
1416	0002392008	29/04/2008	27/06/2008	3100	2,17	6.727,00

SOLICITAÇÕES PARA COMPRA EM ANDAMENTO PERIODO 5 ANO(S)

Solicitação	Dt. Solicitação	Processo	Licitação	Gerdoc	Modalidade	Qt. Solici	Vlr Estimado
8053	28/05/2024	0068922024	900752025	9589602	Preg. Eletr./RP	10100	4,28
7558	04/10/2022	0121412022	1762023	9589147	Preg. Eletr.	15000	4,52
7413	05/05/2022	0059682022		9589008	Não Informado	5580	0,00
7288	11/01/2022	0002472022	1412022	9588911	Preg. Pres./RP	9585	0,00
7139	24/08/2021	0095352021	2202022	9588749	Preg. Eletr./RP	8925	3,99

ÚLTIMAS ENTRADAS NO ESTOQUE NO PERIODO DE 5 ANO(S)

Cod.Entrada	Dt. Entrada	Fornecedor	Processo	Vi.Unitário	Qt.Entrada
126969	27/08/2025	DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS SANTE LTDA		3,90	3500
120991	30/09/2024	ESTEVIA DIST. MED. EIRELLI		3,95	3800
116789	03/05/2024	ESTEVIA DIST. MED. EIRELLI		3,95	1400
116362	11/04/2024	ESTEVIA DIST. MED. EIRELLI		3,95	3260
116169	09/04/2024	ESTEVIA DIST. MED. EIRELLI		3,95	288

108927	03/07/2023	CM HOSPITALAR S.A.		3,99	3168
104350	23/02/2023	CM HOSPITALAR S.A.		3,99	4176
87808	01/09/2021	CBS MÉDICO CIENTÍFICA COMERCIO REPR LTDA	25057006207202015	6,98	5600
80773	18/11/2020	CIRURGICA FERNANDES	25057006249201972	3,22	1538
80319	04/11/2020	CIRURGICA FERNANDES	25057006249201972	3,22	4272



DADOS DO PRODUTO

FITA MICROPOROSA 25MM X 10M

Produto: 180181 Código BR: BR0437865 Unidade: ROLO

Bloqueado P/ Compra: NÃO Permite Movimentação: SIM

FITA BRANCA, MICROPOROSA, COM ADESIVO ACRÍLICO HIPO-ALERGÊNICO, BOA ADERÊNCIA, RESISTENTE À UMIDADE, FLEXÍVEL. APRESENTAÇÃO EM CARRETEL PLÁSTICO, COM CAPA DE PROTEÇÃO EM PLÁSTICO RÍGIDO, MEDINDO 25 MM X 10M.

Saldo Virtual	Tmp. Dur. Com 3 Meses	Tmp. Dur. Com 12 Meses
510	4,83	19,30

Estoque Atual	Total
	37

ALMOXARIFADO CENTRAL	37
----------------------	----

CONSUMO MÉDIO MENSAL 5 ANO(S)

08/2025	07/2025	06/2025	05/2025	04/2025	03/2025	02/2025	01/2025	12/2024	11/2024	10/2024	09/2024
23	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
08/2024	07/2024	06/2024	05/2024	04/2024	03/2024	02/2024	01/2024	12/2023	11/2023	10/2023	09/2023
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
08/2023	07/2023	06/2023	05/2023	04/2023	03/2023	02/2023	01/2023	12/2022	11/2022	10/2022	09/2022
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
08/2022	07/2022	06/2022	05/2022	04/2022	03/2022	02/2022	01/2022	12/2021	11/2021	10/2021	09/2021
0	27	41	21	15	15	64	50	60	50	62	27
08/2021	07/2021	06/2021	05/2021	04/2021	03/2021	02/2021	01/2021	12/2020	11/2020	10/2020	09/2020
28	52	22	35	15	42	30	29	55	41	22	20
CMM Anual:			1,92	CMM 3 Anos:			0,64	CMM 5 Anos:			14,10

PROCESSO SRP COM VALIDADE ATIVA

Fornecedor	Modalidade	Processo	Dt. Recn. Homologada	Dt. Validade	Qtd. Homolog	Ped. em Trânsito	Saldo Virtual	Vlr Unitário
DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS SANTE LTDA	Preg. Eletr./RP	0068922024	20/08/2025	22/08/2026	580	70	510	2,15
Produto Desqualificado no Parecer: 94678								
Produto Desqualificado no Parecer: 91358								
Produto Desqualificado no Parecer: 90198								
Produto Desqualificado no Parecer: 106383								

ÚLTIMAS COMPRAS

Solicitação	Processo	Dt. Licitação	Dt. Fech. Homolog	Qtd. Homolog	Vlr. Unitário	Vlr Total
8053	0068922024	07/08/2025	22/08/2026	580	2,15	1.247,00
6239	0062492019	12/02/2020	12/06/2021	780	1,80	1.404,00
5932	0093492018	31/01/2019	24/05/2020	600	2,03	1.218,00
4965	0022352016	27/06/2017	01/03/2019	1000	1,66	1.660,00
4081	0020622014	22/12/2014	24/06/2016	1000	1,64	1.640,00
3179	0010592012	03/01/2013	10/04/2013	3200	1,30	4.160,00
2700	0065352010	06/05/2011	05/07/2011	2500	1,50	3.750,00
2116	0003062010	19/04/2010	28/06/2010	2400	1,28	3.072,00
1698	0000992009	01/07/2009	04/09/2009	2300	1,39	3.197,00
1416	0002392008	29/04/2008	27/06/2008	1700	1,16	1.972,00

SOLICITAÇÕES PARA COMPRA EM ANDAMENTO PERIODO 5 ANO(S)

Solicitação	Dt. Solicitação	Processo	Licitação	Gerdoc	Modalidade	Qt. Solici	Vlr Estimado
8053	28/05/2024	0068922024	900752025	9589602	Preg. Eletr./RP	580	2,12
7558	04/10/2022	0121412022	1762023	9589147	Preg. Eletr.	615	0,00
7288	11/01/2022	0002472022	1412022	9588911	Preg. Pres./RP	765	0,00
7139	24/08/2021	0095352021	2202022	9588749	Preg. Eletr./RP	690	0,00

ÚLTIMAS ENTRADAS NO ESTOQUE NO PERIODO DE 5 ANO(S)

Cod.Entrada	Dt. Entrada	Fornecedor	Processo	VI.Unitário	Qt.Entrada
126969	27/08/2025	DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS SANTE LTDA		2,15	70
85327	20/05/2021	CAPROMED FARMACEUTICA EIRELI EPP	25057006249/2019-1	1,80	370



DADOS DO PRODUTO

FILME TRANSPARENTE DE POLIURETANO 10 CM X 10M

Produto: 180785 Código BR: BR0484757 Unidade: ROLO 10 M

Bloqueado P/ Compra: NÃO Permite Movimentação: SIM

CURATIVO, MATERIAL: POLIURETANO, FORMATO: ROLO, DIMENSÃO: CERCA DE 10 CM X 10 M, PERMEÁVEL A GASES E IMPERMEÁVEL A LÍQUIDOS E BACTÉRIAS, TRANSPARENTE, COMPONENTES: ADESIVO ACRILATO, RECORTÁVEL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FLEXÍVEL E ADAPTÁVEL ÀS ARTICULAÇÕES, NÃO ESTÉRIL.

Saldo Virtual	Tmp. Dur. Com 3 Meses	Tmp. Dur. Com 12 Meses
0		0,00

Estoque Atual

Total 0

CONSUMO MÉDIO MENSAL 5 ANO(S)

08/2025	07/2025	06/2025	05/2025	04/2025	03/2025	02/2025	01/2025	12/2024	11/2024	10/2024	09/2024
0	0	0	0	1	145	211	137	299	203	209	156
08/2024	07/2024	06/2024	05/2024	04/2024	03/2024	02/2024	01/2024	12/2023	11/2023	10/2023	09/2023
103	150	102	120	139	76	115	174	102	121	128	107
08/2023	07/2023	06/2023	05/2023	04/2023	03/2023	02/2023	01/2023	12/2022	11/2022	10/2022	09/2022
108	61	64	76	55	51	53	48	57	51	46	40
08/2022	07/2022	06/2022	05/2022	04/2022	03/2022	02/2022	01/2022	12/2021	11/2021	10/2021	09/2021
40	32	30	20	22	30	29	33	6	0	0	0
08/2021	07/2021	06/2021	05/2021	04/2021	03/2021	02/2021	01/2021	12/2020	11/2020	10/2020	09/2020
0	62	234	201	186	372	253	263	204	264	203	221
	CMM Anual:		113,42	CMM 3 Anos:		97,44	CMM 5 Anos:		103,55		

Produto Desqualificado no Parecer: 81178

Produto Desqualificado no Parecer: 80898

Produto Desqualificado no Parecer: 105179

Produto Desqualificado no Parecer: 47695

Produto Desqualificado no Parecer: 60035

ÚLTIMAS COMPRAS

Solicitação	Processo	Dt. Licitação	Dt. Fech. Homolog	Qtd. Homolog	Vir. Unitário	Vir Total
7558	0121412022	17/10/2023	20/12/2024	4000	34,40	137.600,00
7388	0158752021	02/03/2023	30/05/2024	4000	41,85	167.400,00
6930	0042542020	02/05/2023	01/09/2024	3000	47,08	141.240,00
5932	0093492018	31/01/2019	24/05/2020	3000	45,00	135.000,00
4965	0022352016	27/06/2017	01/03/2019	3000	49,88	149.640,00
3322	0013332012	14/12/2012	05/04/2013	1200	129,00	154.800,00
2911	0027552011	19/04/2012	31/07/2012	1500	92,00	138.000,00
2121	0003242010	24/06/2010	10/12/2010	1020	58,00	59.160,00
1698	0000992009	01/07/2009	04/09/2009	550	60,00	33.000,00
1528	0021962008	15/09/2008	19/11/2008	440	60,00	26.400,00

SOLICITAÇÕES PARA COMPRA EM ANDAMENTO PERIODO 5 ANO(S)

Solicitação	Dt. Solicitação	Processo	Licitação	Gerdoc	Modalidade	Qt. Solici	Vir Estimado
8381	02/09/2025	0114952025		9591656	Não Informado	2100	0,00
8053	28/05/2024	0068922024	900752025	9589602	Preg. Eletr./RP	2100	0,00
7558	04/10/2022	0121412022	1762023	9589147	Preg. Eletr.	4000	42,53
7388	19/04/2022	0158752021	462023	9589011	Preg. Eletr./RP	4000	52,66
7324	11/02/2022	0019952022		9588933	Não Informado	1128	0,00
7247	20/12/2021	0144662021		9588864	Não Informado	1168	0,00
7094	06/08/2021	0107812021		9588713	Não Informado	1200	0,00
6930	14/01/2021	0042542020	1172023	9588541	Preg. Pres./RP	3000	98,80

ÚLTIMAS ENTRADAS NO ESTOQUE NO PERIODO DE 5 ANO(S)

Cod.Entrada	Dt. Entrada	Fornecedor	Processo	VI.Unitário	Qt.Entrada
120140	19/08/2024	BRAMED COMERCIO HOSPITALAR		34,40	1000
118297	19/06/2024	BRAMED COMERCIO HOSPITALAR		34,40	80
118293	19/06/2024	BRAMED COMERCIO HOSPITALAR		34,40	320
116801	03/05/2024	BRAMED COMERCIO HOSPITALAR		34,40	532
115643	18/03/2024	KORAL HOSPITALAR LTDA		41,85	266
113102	13/11/2023	KORAL HOSPITALAR LTDA		41,85	400
109914	26/07/2023	KORAL HOSPITALAR LTDA		41,85	252
108791	27/06/2023	KORAL HOSPITALAR LTDA		41,85	240

98698	29/08/2022	NATEK NAT TEC IND COM PROD BIOTEC LTDA	23079216392202151	40,00	560
91541	28/12/2021	SMITH NEPHEW COMER DE PRODUT MED LTDA	25057010781202159	65,00	250
80781	18/11/2020	SMITH NEPHEW COMER DE PRODUT MED LTDA	25057006207202015	70,00	1000



DADOS DO PRODUTO

LAMINA NÃO TECIDA HIPOALERGICO TAMANHO 10CM X 10 M

Produto: 180796 Código BR: BR0437868 Unidade: ROLO

Bloqueado P/ Compra: NÃO Permite Movimentação: SIM

LÂMINA DE NÃO TECIDO, REVESTIDA COM ADESIVO ACRILATO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: HIPOALERGÊNICA, POROSA, FLEXÍVEL E ADAPTÁVEL, APLICAÇÃO:RETENÇÃO DE CURATIVOS, APRESENTAÇÃO: EM ROLO, DIMENSÕES APROXIMADAS: 10 CM X 10M.

Saldo Virtual	Tmp. Dur. Com 3 Meses	Tmp. Dur. Com 12 Meses
0	0,00	0,00

Estoque Atual
Total 0

CONSUMO MÉDIO MENSAL 5 ANO(S)

08/2025	07/2025	06/2025	05/2025	04/2025	03/2025	02/2025	01/2025	12/2024	11/2024	10/2024	09/2024
0	0	150	182	137	59	83	28	98	73	61	36
08/2024	07/2024	06/2024	05/2024	04/2024	03/2024	02/2024	01/2024	12/2023	11/2023	10/2023	09/2023
37	43	13	0	135	130	18	20	47	0	0	0
08/2023	07/2023	06/2023	05/2023	04/2023	03/2023	02/2023	01/2023	12/2022	11/2022	10/2022	09/2022
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
08/2022	07/2022	06/2022	05/2022	04/2022	03/2022	02/2022	01/2022	12/2021	11/2021	10/2021	09/2021
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	203
08/2021	07/2021	06/2021	05/2021	04/2021	03/2021	02/2021	01/2021	12/2020	11/2020	10/2020	09/2020
236	160	14	6	10	0	7	12	2	1	0	3
CMM Anual:			75,58	CMM 3 Anos:			37,50	CMM 5 Anos:			33,40

Produto Desqualificado no Parecer: 51915

ÚLTIMAS COMPRAS

Solicitação	Processo	Dt. Licitação	Dt. Fech. Homolog	Qtd. Homolog	Vlr. Unitário	Vlr Total
7558	0121412022	17/10/2023	20/12/2024	1000	42,90	42.900,00
7388	0158752021	02/03/2023	30/05/2024	1200	55,96	67.152,00
6930	0042542020	02/05/2023	01/09/2024	1000	55,63	55.630,00
4965	0022352016	27/06/2017	01/03/2019	1500	58,08	87.120,00
4433	0008892015	31/08/2015	24/02/2017	2000	104,00	208.000,00
2911	0027552011	19/04/2012	31/07/2012	1710	37,60	64.296,00
2121	0003242010	24/06/2010	10/12/2010	900	29,00	26.100,00
1698	0000992009	01/07/2009	04/09/2009	450	29,00	13.050,00
1528	0021962008	15/09/2008	19/11/2008	360	35,00	12.600,00
1296	0027732007	05/11/2007	13/12/2007	170	35,00	5.950,00

SOLICITAÇÕES PARA COMPRA EM ANDAMENTO PERIODO 5 ANO(S)

Solicitação	Dt. Solicitação	Processo	Licitação	Gerdoc	Modalidade	Qt. Solici	Vlr Estimado
8381	02/09/2025	0114952025		9591656	Não Informado	800	0,00
8053	28/05/2024	0068922024	900752025	9589602	Preg. Eletr./RP	800	0,00
7558	04/10/2022	0121412022	1762023	9589147	Preg. Eletr.	1000	66,38
7388	19/04/2022	0158752021	462023	9589011	Preg. Eletr./RP	1200	79,30
6930	14/01/2021	0042542020	1172023	9588541	Preg. Pres./RP	1000	83,07

ÚLTIMAS ENTRADAS NO ESTOQUE NO PERIODO DE 5 ANO(S)

Cod.Entrada	Dt. Entrada	Fornecedor	Processo	VI.Unitário	Qt.Entrada
124099	14/04/2025	I.E.S COMERCIO PROD.MEDIC.HOSP.EIRELIME		42,90	20
124097	14/04/2025	I.E.S COMERCIO PROD.MEDIC.HOSP.EIRELIME		42,90	180
122739	29/01/2025	I.E.S COMERCIO PROD.MEDIC.HOSP.EIRELIME		42,90	120
121813	11/11/2024	I.E.S COMERCIO PROD.MEDIC.HOSP.EIRELIME		42,90	480
118346	21/06/2024	I.E.S COMERCIO PROD.MEDIC.HOSP.EIRELIME		42,90	200
113638	04/12/2023	BIOHOSP PROD HOSP LTDA		55,96	350



DADOS DO PRODUTO

CURATIVO ADESIVO ESPUMA DE POLIURETANO

Produto: 33005208 Código BR: BR0481538 Unidade: UNIDADE

Bloqueado P/ Compra: NÃO Permite Movimentação: SIM

CURATIVO ADESIVO, ESPUMA DE POLIURETANO, IMPERMEÁVEL, ESTÉRIL, COM ABAS EM PVC, PARA FIXAÇÃO DE CATETERES E SONDAS, MEDINDO 10 CM X 5 CM.

Saldo Virtual	Tmp. Dur. Com 3 Meses	Tmp. Dur. Com 12 Meses
0	2,30	2,10

Estoque Atual	Total
	475

ALMOXARIFADO CENTRAL	475
----------------------	-----

CONSUMO MÉDIO MENSAL 5 ANO(S)

08/2025	07/2025	06/2025	05/2025	04/2025	03/2025	02/2025	01/2025	12/2024	11/2024	10/2024	09/2024
260	90	270	35	215	220	120	300	390	320	210	285
08/2024	07/2024	06/2024	05/2024	04/2024	03/2024	02/2024	01/2024	12/2023	11/2023	10/2023	09/2023
155	120	340	230	150	150	210	330	115	0	0	0
08/2023	07/2023	06/2023	05/2023	04/2023	03/2023	02/2023	01/2023	12/2022	11/2022	10/2022	09/2022
0	0	0	0	0	0	0	0	0	8	229	198
08/2022	07/2022	06/2022	05/2022	04/2022	03/2022	02/2022	01/2022	12/2021	11/2021	10/2021	09/2021
403	325	244	280	400	206	205	300	383	192	169	278
08/2021	07/2021	06/2021	05/2021	04/2021	03/2021	02/2021	01/2021	12/2020	11/2020	10/2020	09/2020
180	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CMM Anual:			226,25	CMM 3 Anos:			137,50	CMM 5 Anos:			141,92

ÚLTIMAS COMPRAS

Solicitação	Processo	Dt. Licitação	Dt. Fech. Homolog	Qtd. Homolog	Vlr. Unitário	Vlr Total
7558	0121412022	17/10/2023	20/12/2024	4900	8,10	39.690,00
7321	0183692021	27/04/2023	18/09/2024	5000	6,90	34.500,00
6366	0045472018	26/03/2021	07/06/2022	4000	10,00	40.000,00

SOLICITAÇÕES PARA COMPRA EM ANDAMENTO PERIODO 5 ANO(S)

Solicitação	Dt. Solicitação	Processo	Licitação	Gerdoc	Modalidade	Qt. Solici	Vlr Estimado
8381	02/09/2025	0114952025		9591656	Não Informado	3300	0,00
8053	28/05/2024	0068922024	900752025	9589602	Preg. Eletr./RP	3300	0,00
7558	04/10/2022	0121412022	1762023	9589147	Preg. Eletr.	4900	8,14
7321	10/02/2022	0183692021	702023	9588931	Preg. Eletr./RP	5000	13,10

ÚLTIMAS ENTRADAS NO ESTOQUE NO PERIODO DE 5 ANO(S)

Cod.Entrada	Dt. Entrada	Fornecedor	Processo	VI.Unitário	Qt.Entrada
120569	05/09/2024	XPRIME COMERCIAL LTDA		6,90	1900
118884	15/07/2024	XPRIME COMERCIAL LTDA		6,90	1300
112759	27/10/2023	XPRIME COMERCIAL LTDA		6,90	1800
93325	09/03/2022	CONVATEC BRASIL LTDA	25057004547201897	10,00	1100
93000	23/02/2022	CONVATEC BRASIL LTDA	25057001446202022	10,00	1000
90247	22/11/2021	CONVATEC BRASIL LTDA	25057004547201897	10,00	900
87623	23/08/2021	CONVATEC BRASIL LTDA	25057004547201897	10,00	1000



DADOS DO PRODUTO

REMOVEDOR DE ADESIVO EM LENÇO NÃO ALCOÓLICO

Produto: 33005209 Código BR: BR0410579 Unidade: UNIDADE

Bloqueado P/ Compra: NÃO Permite Movimentação: SIM

REMOVEDOR DE ADESIVO, EM LENÇO, NÃO ALCOÓLICO, HIPOALERGÊNICO, EMBALAGEM INDIVIDUAL.

Saldo Virtual	Tmp. Dur. Com 3 Meses	Tmp. Dur. Com 12 Meses
3600	0,00	0,00
Estoque Atual		
Total		0

CONSUMO MÉDIO MENSAL 5 ANO(S)

08/2025	07/2025	06/2025	05/2025	04/2025	03/2025	02/2025	01/2025	12/2024	11/2024	10/2024	09/2024
0	124	630	655	415	535	551	485	383	435	450	980
08/2024	07/2024	06/2024	05/2024	04/2024	03/2024	02/2024	01/2024	12/2023	11/2023	10/2023	09/2023
397	440	0	221	425	317	345	265	195	210	275	215
08/2023	07/2023	06/2023	05/2023	04/2023	03/2023	02/2023	01/2023	12/2022	11/2022	10/2022	09/2022
441	466	267	195	168	134	185	185	96	211	195	231
08/2022	07/2022	06/2022	05/2022	04/2022	03/2022	02/2022	01/2022	12/2021	11/2021	10/2021	09/2021
303	289	220	202	175	127	201	174	14	8	45	0
08/2021	07/2021	06/2021	05/2021	04/2021	03/2021	02/2021	01/2021	12/2020	11/2020	10/2020	09/2020
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CMM Anual:			470,25	CMM 3 Anos:			325,61	CMM 5 Anos:			224,67

PROCESSO SRP COM VALIDADE ATIVA

Fornecedor	Modalidade	Processo	Dt. Recn. Homologada	Dt. Validade	Qtd. Homolog	Ped. em Trânsito	Saldo Virtual	Vlr Unitário
R2 S ABRAHAO COMERCIO E SERVICOS EIRELI	Preg. Eletr./RP	0068922024	20/08/2025	22/08/2026	5600	2000	3600	3,95

ÚLTIMAS COMPRAS

Solicitação	Processo	Dt. Licitação	Dt. Fech. Homolog	Qtd. Homolog	Vlr. Unitário	Vlr Total
8053	0068922024	07/08/2025	22/08/2026	5600	3,95	22.120,00
7558	0121412022	17/10/2023	20/12/2024	3200	3,50	11.200,00
7321	0183692021	27/04/2023	18/09/2024	30000	1,76	52.800,00
6366	0045472018	26/03/2021	07/06/2022	30000	1,47	44.100,00

SOLICITAÇÕES PARA COMPRA EM ANDAMENTO PERIODO 5 ANO(S)

Solicitação	Dt. Solicitação	Processo	Licitação	Gerdoc	Modalidade	Qt. Solici	Vlr Estimado
8053	28/05/2024	0068922024	900752025	9589602	Preg. Eletr./RP	5600	4,57
7558	04/10/2022	0121412022	1762023	9589147	Preg. Eletr.	3200	3,55
7321	10/02/2022	0183692021	702023	9588931	Preg. Eletr./RP	30000	3,54

ÚLTIMAS ENTRADAS NO ESTOQUE NO PERIODO DE 5 ANO(S)

Cod.Entrada	Dt. Entrada	Fornecedor	Processo	Vi.Unitário	Qt.Entrada
122555	15/01/2025	SÃO GERALDO MAT. MÉDICO ORTOPÉDICO LTDA.		3,50	1700
122064	05/12/2024	SÃO GERALDO MAT. MÉDICO ORTOPÉDICO LTDA.		3,50	1500
120570	05/09/2024	COLOPLAST DO BRASIL LTDA		1,76	500
119926	09/08/2024	COLOPLAST DO BRASIL LTDA		1,76	1280
117876	06/06/2024	COLOPLAST DO BRASIL LTDA		1,76	1500
87624	23/08/2021	COLOPLAST DO BRASIL LTDA	25057004547201897	1,47	7000



DADOS DO PRODUTO

FITA ADESIVA COMPOSTA POR DORSO NÃO TECIDO DE RAYON E POLIÉS

Produto: 33018110 Código BR: BR0477729 Unidade: ROLO

Bloqueado P/ Compra: NÃO Permite Movimentação: SIM

FITA ADESIVA COMPOSTA POR DORSO NÃO TECIDO DE RAYON E POLIÉSTER, COM ADESIVO DE SILICONE, HIPOALERGÊNICO, LIVRE DE LÁTEX, NÃO ESTÉRIL. APRESENTAÇÃO EM CARRETEL DE PLÁSTICO COM CAPA DE PROTEÇÃO, MEDINDO: 5 CM X 5M.

Saldo Virtual	Tmp. Dur. Com 3 Meses	Tmp. Dur. Com 12 Meses
0		

Estoque Atual
Total 0

CONSUMO MÉDIO MENSAL 5 ANO(S)

08/2025	07/2025	06/2025	05/2025	04/2025	03/2025	02/2025	01/2025	12/2024	11/2024	10/2024	09/2024
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
08/2024	07/2024	06/2024	05/2024	04/2024	03/2024	02/2024	01/2024	12/2023	11/2023	10/2023	09/2023
0	0	0	21	6	9	1	9	5	5	1	2
08/2023	07/2023	06/2023	05/2023	04/2023	03/2023	02/2023	01/2023	12/2022	11/2022	10/2022	09/2022
2	6	5	3	0	1	2	1	12	0	2	0
08/2022	07/2022	06/2022	05/2022	04/2022	03/2022	02/2022	01/2022	12/2021	11/2021	10/2021	09/2021
20	0	0	3	0	4	0	0	0	0	0	0
08/2021	07/2021	06/2021	05/2021	04/2021	03/2021	02/2021	01/2021	12/2020	11/2020	10/2020	09/2020
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CMM Anual: 0,00			CMM 3 Anos: 2,58			CMM 5 Anos: 2,00					

ÚLTIMAS COMPRAS

Solicitação	Processo	Dt. Licitação	Dt. Fech. Homolog	Qtd. Homolog	Vlr. Unitário	Vlr Total
6743	0041612020	11/10/2021	17/01/2023	300	78,53	23.559,00

SOLICITAÇÕES PARA COMPRA EM ANDAMENTO PERIODO 5 ANO(S)

Solicitação	Dt. Solicitação	Processo	Licitação	Gerdoc	Modalidade	Qt. Solici	Vlr Estimado
8381	02/09/2025	0114952025		9591656	Não Informado	68	0,00
8053	28/05/2024	0068922024	900752025	9589602	Preg. Eletr./RP	68	0,00
7558	04/10/2022	0121412022	1762023	9589147	Preg. Eletr.	150	0,00
7139	24/08/2021	0095352021	2202022	9588749	Preg. Eletr./RP	300	0,00

ÚLTIMAS ENTRADAS NO ESTOQUE NO PERIODO DE 5 ANO(S)

Cod.Entrada	Dt. Entrada	Fornecedor	Processo	VI.Unitário	Qt.Entrada
93519	15/03/2022	FIRST LINE COMERCIO DE MATERIAL	25057004161202008	78,53	120



DADOS DO PRODUTO

REDE TUBULAR ELÁSTICA PARA FIXAÇÃO DE CURATIVOS 23MM

Produto: 33018120 Código BR: BR0446388 Unidade: UNIDADE

Bloqueado P/ Compra: NÃO Permite Movimentação: SIM

REDE TUBULAR ELÁSTICA PARA FIXAÇÃO DE CURATIVOS, RECOBERTO COM POLIAMIDA, LIVRE DE LÁTEX. RECORTÁVEL. CALIBRE CERCA DE 23MM.

Saldo Virtual	Tmp. Dur. Com 3 Meses	Tmp. Dur. Com 12 Meses
42	43,00	19,11

Estoque Atual	
Total	43

ALMOXARIFADO CENTRAL	43
----------------------	----

CONSUMO MÉDIO MENSAL 5 ANO(S)

08/2025	07/2025	06/2025	05/2025	04/2025	03/2025	02/2025	01/2025	12/2024	11/2024	10/2024	09/2024
2	1	0	2	1	1	0	0	12	2	5	1
08/2024	07/2024	06/2024	05/2024	04/2024	03/2024	02/2024	01/2024	12/2023	11/2023	10/2023	09/2023
0	3	5	1	7	0	2	5	2	2	0	5
08/2023	07/2023	06/2023	05/2023	04/2023	03/2023	02/2023	01/2023	12/2022	11/2022	10/2022	09/2022
3	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
08/2022	07/2022	06/2022	05/2022	04/2022	03/2022	02/2022	01/2022	12/2021	11/2021	10/2021	09/2021
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
08/2021	07/2021	06/2021	05/2021	04/2021	03/2021	02/2021	01/2021	12/2020	11/2020	10/2020	09/2020
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CMM Anual: 2,25			CMM 3 Anos: 1,81			CMM 5 Anos: 1,08					

PROCESSO SRP COM VALIDADE ATIVA

Fornecedor	Modalidade	Processo	Dt. Recn. Homologada	Dt. Validade	Qtd. Homolog	Ped. em Trânsito	Saldo Virtual	Vlr Unitário
ZHC PHARMA LTDA	Preg. Eletr./RP	0068922024	20/08/2025	22/08/2026	42	0	42	54,00

ÚLTIMAS COMPRAS

Solicitação	Processo	Dt. Licitação	Dt. Fech. Homolog	Qtd. Homolog	Vlr. Unitário	Vlr Total
8053	0068922024	07/08/2025	22/08/2026	42	54,00	2.268,00
7558	0121412022	17/10/2023	20/12/2024	400	27,69	11.076,00
7388	0158752021	02/03/2023	30/05/2024	400	27,69	11.076,00

SOLICITAÇÕES PARA COMPRA EM ANDAMENTO PERIODO 5 ANO(S)

Solicitação	Dt. Solicitação	Processo	Licitação	Gerdoc	Modalidade	Qt. Solici	Vlr Estimado
8053	28/05/2024	0068922024	900752025	9589602	Preg. Eletr./RP	42	58,42
7558	04/10/2022	0121412022	1762023	9589147	Preg. Eletr.	400	33,60
7388	19/04/2022	0158752021	462023	9589011	Preg. Eletr./RP	400	27,69

ÚLTIMAS ENTRADAS NO ESTOQUE NO PERIODO DE 5 ANO(S)

Cod.Entrada	Dt. Entrada	Fornecedor	Processo	Vi.Unitário	Qt.Entrada
108938	03/07/2023	ZHC PHARMA LTDA		27,69	108



DADOS DO PRODUTO

REDE TUBULAR ELÁSTICA PARA FIXAÇÃO DE CURATIVOS 33MM

Produto: 33018121 Código BR: BR0446390 Unidade: UNIDADE

Bloqueado P/ Compra: NÃO Permite Movimentação: SIM

REDE TUBULAR ELÁSTICA PARA FIXAÇÃO DE CURATIVOS, RECOBERTO COM POLIAMIDA, LIVRE DE LÁTEX. RECORTÁVEL. CALIBRE CERCA DE 33MM.

Saldo Virtual	Tmp. Dur. Com 3 Meses	Tmp. Dur. Com 12 Meses
45	14,25	6,16

Estoque Atual	
Total	19

ALMOXARIFADO CENTRAL	19
----------------------	----

CONSUMO MÉDIO MENSAL 5 ANO(S)

08/2025	07/2025	06/2025	05/2025	04/2025	03/2025	02/2025	01/2025	12/2024	11/2024	10/2024	09/2024
2	1	1	2	2	0	0	0	13	2	12	2
08/2024	07/2024	06/2024	05/2024	04/2024	03/2024	02/2024	01/2024	12/2023	11/2023	10/2023	09/2023
0	5	5	1	2	0	3	8	4	9	2	7
08/2023	07/2023	06/2023	05/2023	04/2023	03/2023	02/2023	01/2023	12/2022	11/2022	10/2022	09/2022
3	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
08/2022	07/2022	06/2022	05/2022	04/2022	03/2022	02/2022	01/2022	12/2021	11/2021	10/2021	09/2021
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
08/2021	07/2021	06/2021	05/2021	04/2021	03/2021	02/2021	01/2021	12/2020	11/2020	10/2020	09/2020
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CMM Anual: 3,08			CMM 3 Anos: 2,47			CMM 5 Anos: 1,48					

PROCESSO SRP COM VALIDADE ATIVA

Fornecedor	Modalidade	Processo	Dt. Recn. Homologada	Dt. Validade	Qtd. Homolog	Ped. em Trânsito	Saldo Virtual	Vlr Unitário
ZHC PHARMA LTDA	Preg. Eletr./RP	0068922024	20/08/2025	22/08/2026	55	10	45	41,43

Produto Desqualificado no Parecer: 106290
Produto Desqualificado no Parecer: 106398

ÚLTIMAS COMPRAS

Solicitação	Processo	Dt. Licitação	Dt. Fech. Homolog	Qtd. Homolog	Vlr. Unitário	Vlr Total
8053	0068922024	07/08/2025	22/08/2026	55	41,43	2.278,65
7558	0121412022	17/10/2023	20/12/2024	400	46,00	18.400,00
7388	0158752021	02/03/2023	30/05/2024	400	46,00	18.400,00

SOLICITAÇÕES PARA COMPRA EM ANDAMENTO PERIODO 5 ANO(S)

Solicitação	Dt. Solicitação	Processo	Licitação	Gerdoc	Modalidade	Qt. Solici	Vlr Estimado
8053	28/05/2024	0068922024	900752025	9589602	Preg. Eletr./RP	55	48,67
7558	04/10/2022	0121412022	1762023	9589147	Preg. Eletr.	400	47,12
7388	19/04/2022	0158752021	462023	9589011	Preg. Eletr./RP	400	46,29

ÚLTIMAS ENTRADAS NO ESTOQUE NO PERIODO DE 5 ANO(S)

Cod.Entrada	Dt. Entrada	Fornecedor	Processo	VI.Unitário	Qt.Entrada
108938	03/07/2023	ZHC PHARMA LTDA		46,00	108



DADOS DO PRODUTO

REDE TUBULAR ELÁSTICA PARA FIXAÇÃO DE CURATIVOS 66MM

Produto: 33018122 Código BR: BR0446391 Unidade: UNIDADE

Bloqueado P/ Compra: NÃO Permite Movimentação: SIM

REDE TUBULAR ELÁSTICA PARA FIXAÇÃO DE CURATIVOS, RECOBERTO COM POLIAMIDA, LIVRE DE LÁTEX. RECORTÁVEL. CALIBRE CERCA DE 66MM.

Saldo Virtual	Tmp. Dur. Com 3 Meses	Tmp. Dur. Com 12 Meses
85		0,00

Estoque Atual
Total 0

CONSUMO MÉDIO MENSAL 5 ANO(S)

08/2025	07/2025	06/2025	05/2025	04/2025	03/2025	02/2025	01/2025	12/2024	11/2024	10/2024	09/2024
0	0	0	0	15	14	13	6	28	6	22	16
08/2024	07/2024	06/2024	05/2024	04/2024	03/2024	02/2024	01/2024	12/2023	11/2023	10/2023	09/2023
0	19	6	14	7	0	14	13	6	7	1	6
08/2023	07/2023	06/2023	05/2023	04/2023	03/2023	02/2023	01/2023	12/2022	11/2022	10/2022	09/2022
2	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
08/2022	07/2022	06/2022	05/2022	04/2022	03/2022	02/2022	01/2022	12/2021	11/2021	10/2021	09/2021
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
08/2021	07/2021	06/2021	05/2021	04/2021	03/2021	02/2021	01/2021	12/2020	11/2020	10/2020	09/2020
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CMM Anual: 10,00				CMM 3 Anos: 6,06				CMM 5 Anos: 3,63			

PROCESSO SRP COM VALIDADE ATIVA

Fornecedor	Modalidade	Processo	Dt. Recn. Homologada	Dt. Validade	Qtd. Homolog	Ped. em Trânsito	Saldo Virtual	Vlr Unitário
ZHC PHARMA LTDA	Preg. Eletr./RP	0068922024	20/08/2025	22/08/2026	155	70	85	97,89

Produto Desqualificado no Parecer: 106291

ÚLTIMAS COMPRAS

Solicitação	Processo	Dt. Licitação	Dt. Fech. Homolog	Qtd. Homolog	Vlr. Unitário	Vlr Total
8053	0068922024	07/08/2025	22/08/2026	155	97,89	15.172,95
7558	0121412022	17/10/2023	20/12/2024	400	91,00	36.400,00
7388	0158752021	02/03/2023	30/05/2024	400	90,00	36.000,00

SOLICITAÇÕES PARA COMPRA EM ANDAMENTO PERIODO 5 ANO(S)

Solicitação	Dt. Solicitação	Processo	Licitação	Gerdoc	Modalidade	Qt. Solici	Vlr Estimado
8053	28/05/2024	0068922024	900752025	9589602	Preg. Eletr./RP	155	93,45
7558	04/10/2022	0121412022	1762023	9589147	Preg. Eletr.	400	104,35
7388	19/04/2022	0158752021	462023	9589011	Preg. Eletr./RP	400	91,00

ÚLTIMAS ENTRADAS NO ESTOQUE NO PERIODO DE 5 ANO(S)

Cod.Entrada	Dt. Entrada	Fornecedor	Processo	Vi.Unitário	Qt.Entrada
120862	23/09/2024	ZHC PHARMA LTDA		91,00	80
117824	03/06/2024	ZHC PHARMA LTDA		90,00	30
108938	03/07/2023	ZHC PHARMA LTDA		90,00	108